

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

TARCÍZIO TRANQUEIRA AZAMBUJA

**O PROCESSO DE ASCESÃO DA CHINA APÓS A REVOLUÇÃO CULTURAL**

Rio de Janeiro  
2023

TARCÍZIO TRANQUEIRA AZAMBUJA

**O PROCESSO DE ASCESÃO DA CHINA APÓS A REVOLUÇÃO CULTURAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito necessário à obtenção do título de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Orientador:  
Prof. Dr. João Rafael Gualberto de Souza Morais

Rio de Janeiro  
2023

TARCÍZIO TRANQUEIRA AZAMBUJA

**O PROCESSO DE ASCESÃO DA CHINA APÓS A REVOLUÇÃO CULTURAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito necessário à obtenção do título de pós-graduação em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Rafael Gualberto de Souza Morais (Orientador) – UFF

---

Prof. Dr. Eduardo Heleno de Jesus Santos – UFF

Rio de Janeiro  
2023

Agradeço a Deus por me manter forte em minha caminhada. A minha mãe por ser a luz que guia meus dias. Aos meus amigos pelas palavras de incentivo e por compreender os meus momentos de ausência. O meu Orientador pelos ensinamentos durante as aulas, pela disponibilidade e ajuda no desenvolvimento deste trabalho. O Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil por me proporcionar a realização do MBA junto à UFF.

## RESUMO

A China é um Estado com uma história milenar, passou por períodos difíceis e prósperos, ora império e por vezes dominada, transpassou por diversos desafios em sua história e chega aos dias atuais como uma das principais potências mundiais. O presente trabalho visa a entender como a República Popular da China, a partir da Revolução Cultural, um Estado com baixo índice de desenvolvimento que acabava de sair de uma Guerra Civil, consegue se reorganizar politicamente e socialmente para implementar projetos internos e externos que após cinco décadas levaram a China ser uma das principais potências econômicas e militares do sistema internacional. Dessa forma, será realizada uma análise da China a partir da Revolução Cultural até os dias atuais, com uma breve contextualização histórica da China até a Revolução Cultural, por conseguinte pontuar as medidas do final do governo de Mao Tsé-Tung e dos diversos líderes que assumiram a liderança do Estado após a morte do Grande Timoneiro, com destaque ao governo e legado de Deng Xiaoping. O trabalho tem o propósito de destacar as principais decisões e projetos das lideranças do Partido Comunista Chinês para implementar profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e militares de forma a apresentar elevados índices de desenvolvimento econômico nos últimos anos, principalmente as medidas ligadas a infraestrutura industrial que possibilitaram o desenvolvimento social chinês e a realização de parcerias e acordos internacionais. O estudo será realizado através de uma pesquisa exploratória empregando o método da pesquisa bibliográfica analisando livros, trabalhos acadêmicos e relatórios de instituições voltadas aos estudos estratégicos, como também será empregado o método da pesquisa documental com a análise de documentos da China, diplomatas e discursos oficiais de membros do governo.

Palavra-chave: China. Partido Comunista Chinês. Reformas Estatais

## ABSTRACT

China is a State with an ancient history, it has gone through difficult and prosperous periods, sometimes an empire and sometimes dominated, it has gone through several challenges in its history and reaches today as one of the main world powers. The present work aims to understand how the People's Republic of China, after the Cultural Revolution, a State with a low level of development that had just come out of a Civil War, manages to reorganize itself politically and socially to implement internal and external projects that, after five decades led to China being one of the main economic and military powers in the international system. In this way, an analysis of China will be carried out from the Cultural Revolution to the present day, with a brief historical contextualization of China until the Cultural Revolution, therefore highlighting the measures at the end of Mao Zedong's government and the various leaders who assumed leadership of the State after the death of the Great Helmsman, with emphasis on the government and legacy of Deng Xiaoping. The work aims to highlight the main decisions and projects of the Chinese Communist Party leaders to implement profound social, political, economic and military changes in order to present high levels of economic development in recent years, mainly measures linked to industrial infrastructure that enabled Chinese social development and the creation of international partnerships and agreements. The study will be carried out through exploratory research using the bibliographical research method analyzing books, academic works and reports from institutions focused on strategic studies, as well as the documentary research method with the analysis of documents from China, diplomats and official speeches. of government members.

Keywords: China. Communist Party of China. State Reforms

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Demanda de <i>commodities</i> da China .....	47
Figura 2 - Nova Rota da Seda .....	50
Figura 3 - MSC e Áreas Marítimas reivindicadas por cada País .....	54

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações mundiais Brasil e China .....	40
--	----



## LISTA DE ABREVIATURAS

BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GM	Guerra Mundial
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
MSC	Mar do Sul da China
OMC	Organização Mundial do Comercio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZDET	Zonas de Desenvolvimento Económico Tecnológico
ZEE	Zonas Económicas Especiais

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. GUERRA TOTAL, GUERRA CIVIL E REVOLUÇÃO NA CHINA .....	13
2.1 O Fim das Guerras Mundiais e a Revolução Chinesa .....	13
2.2 A Revolução Cultural .....	14
2.3 Alinhamento e rompimento com a URSS e busca por uma liderança na Ásia ..	18
2.4 O Legado da Revolução Cultural .....	23
2.5 Abertura econômica e o modelo econômico chinês .....	25
3 A CHINA DO FIM DO PERÍODO MAOISTA À ENTRADA NO SÉCULO XXI ....	28
3.1 O início de um novo modelo .....	28
3.2 Reformas Políticas .....	28
3.3 Reformas Econômicas .....	35
3.4 Reformas Militares .....	41
3.5 Um segundo antes do novo milênio .....	43
4. A CHINA NO SÉCULO XXI .....	45
4.1 A China como Parque Industrial do Mundo .....	45
4.2 A Nova Rota da Seda.....	49
4.3 O entorno estratégico chinês: Mar do Sul da China e Taiwan .....	52
4.4 A China dentro dos muros .....	56
4.5 A China conectada ao mundo .....	59
5. CONCLUSÃO .....	61
REFERÊNCIAS .....	66
Anexo A .....	73

## 1.Introdução

A China, nos últimos cinquenta anos, tem apresentado um vertiginoso crescimento, tendo chegado no final do século XX com uma posição consolidada no sistema internacional, embora estivesse em uma situação miserável no início do século. Construiu uma forte influência econômica e militar, além do advento de um novo arcabouço de alianças entre ela e os demais Estados, que, no limite, levará a concorrer em breve com a hegemonia dos Estados Unidos da América, que capitaneia o sistema internacional desde o final da Guerra Fria.

Tal processo como potência regional já foi observado anteriormente pela China, o império do meio. Durante milhares de anos, a China foi o principal Estado oriental, pautada pela unificação de suas lideranças políticas e pela capacidade militar frente aos outros povos da região. O império solidificou seu crescimento apoiado nos Rios Huang Ho e Yang Tsé, sempre apresentou desenvolvimento tecnológico muitas vezes à frente das nações europeias, e nunca esteve isolada do mundo. Além disso, desenvolveu grande capacidade comercial terrestre e marítima. Entretanto, no século XIV, começou um processo de isolamento enquanto as nações europeias expandiam sua exploração no globo.

O desenvolvimento do estado chinês passou por períodos de guerras internas e externas, descentralizações políticas e reunificações durante seus mais de quatro milênios de história. No século XIX, a China sofreu com o processo imperialista europeu que consolidou posições comerciais europeias na região, culminando, inclusive, em conflitos como as duas guerras do Ópio<sup>1</sup>, que trouxeram pesadas perdas a China, e a total desorganização social causada pela droga.

A China, nesse momento enfraquecida pela fricção resultante das guerras do Ópio, encara agora uma potência regional em ascensão que irá destruir ainda mais a sua sociedade, o Japão, que em seu processo imperialista tardio, invade a China e com recurso à muita violência, provoca um desastre humanitário entre os chineses, até o fim da Segunda Guerra Mundial. Neste momento a China está em um dos seus piores momentos, apelidado pelos chineses como o “século da humilhação”.

Isto posto, este trabalho visa identificar quais foram as ferramentas e decisões tomadas pelo estado chinês para tornar-se um dos principais *players* do sistema internacional,

---

<sup>1</sup> As Guerras do Ópio foram conflitos que ocorreram durante os anos de 1839-1842 e 1856-1860 entre a China e a Grã-Bretanha devido ao tráfico de ópio realizado pelos britânicos para a China. A China sai derrotada das guerras e assina tratados que obrigam a abertura dos portos chineses ao comércio com o Ocidente e a sessão de Hong Kong para os britânicos (Hanes; Sanello, 2002). Para aprofundar o assunto indicamos o livro “*The Opium War*” de Travis Hanes e Frank Sanello.

apresentando sólidos e crescentes números de desenvolvimento, mas originados de uma nação que, embora tenha uma história milenar, há pouco mais de setenta anos, com o fim da segunda guerra mundial, estava em uma posição miserável sendo um dos países menos desenvolvidos à época.

Desta forma, o trabalho será organizado em três capítulos. O primeiro trará uma abordagem da China a partir do final da Segunda Guerra Mundial, nesse momento saindo de um severo processo imperialista japonês e uma guerra civil e entrando em um contexto de um mundo bipolar; será analisado o seu alinhamento parcial ao bloco soviético e sua posição durante a Guerra Fria, culminado no processo da Revolução Chinesa que visava o retorno da China como a principal potência Oriental e retomar o seu papel de liderança que foi desgastado pelo domínio imperial estrangeiro no século anterior. O capítulo também irá abordar como a China sofreu, evoluiu e saiu da Revolução Cultural, e qual foi o legado que este processo trouxe para tornar o estado chinês uma potência do próximo século, principalmente pontuando o processo de centralização política, o início dos investimentos em setores basilares da economia e culminando na adoção de uma nova abordagem econômica da China frente ao sistema internacional.

Uma vez consolidado, o modelo empregado por Mao Tsé-Tung na Revolução Cultural e a reestruturação do estado chinês, o segundo capítulo irá abordar as reformas políticas, econômicas e militares que a China operou desde o final do governo maoísta e a entrada em cena do governo menos isolacionista de Deng Xiaoping, analisando o modelo da Agricultura de Contrato que solucionaria o problema alimentar, a criação das Zonas Econômicas Especiais, uma das principais ferramentas para o sucesso do modelo econômico chinês, juntamente com a reforma educacional e o forte investimento em infraestrutura e tecnologia. Ao fim deste capítulo, será abordado como a China irá solidificar seu papel internacionalmente através do processo de modernização e desenvolvimento de suas Forças Armadas, principalmente através do investimento nos complexos industriais que possibilitam o desenvolvimento da sua estrutura militar, e como a entrada na Organização Mundial do Comércio foi uma decisão que trouxe ótimos resultados para a solidificação da China internacionalmente e como possibilitou alavancar seu desenvolvimento interno.

Sendo assim, abordado como foi o processo que solidificou as bases para o seu desenvolvimento, será analisado no terceiro capítulo como a China entra no século XXI sendo o parque industrial do mundo e sua importância para os produtos de alto valor agregado; como se liga ao mundo através do Projeto da Nova Rota da Seda e como desenvolve sua política externa com questões complexas no seu entorno estratégico com questões geopolíticas

complexas no Mar Sul da China e a questão da Ilha de Taiwan, problemas que a lançam de encontro com a principal potência mundial, os Estados Unidos da América. Ainda no terceiro capítulo serão abordadas questões internas do estado chinês, principalmente como é a abordagem estatal com as minorias no sudoeste da China e como o Partido Comunista Chinês, cerne do desenvolvimento e liderança do estado, aborda a influência que a China leva ao mundo através de suas alianças externas em busca de mais matérias primas, sendo este processo realizado através de investimentos, alianças ou através do viés militar, processos que materializam tensões com os Estados Unidos e a levam a contestar a liderança americana do sistema internacional.

Finalizando, o trabalho trará uma breve conclusão que buscará trazer um compêndio de como a China, um estado desgastado e destruído no início do século XX, se tornou uma das principais potências mundiais em menos de um século, e quais são as principais decisões que fizeram essa abordagem ser tão eficaz.

## **2 GUERRA TOTAL, GUERRA CIVIL E REVOLUÇÃO NA CHINA**

Este capítulo abordará como a China se desenvolveu após a II Guerra Mundial (GM), quando viveu um processo marcado por grandes revoluções e reformas internas em um contexto de isolamento seguido pelo ressurgimento chinês após um breve e intenso processo de reestruturação. Veremos, portanto, as bases históricas para a consolidação da busca pelo protagonismo chinês que observamos na realidade do sistema internacional contemporâneo.

### **2.1 O Fim das Guerras Mundiais e a Revolução Chinesa**

Em agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram as duas bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki e, no mesmo mês, os soviéticos declararam guerra ao Japão e invadiram o estado de Manchukuo. Após esses dois grandes atos direcionados ao estado japonês, foi assinado pelo Imperador do Japão o decreto Imperial de 15 de agosto de 1945 encerrando o processo imperial japonês sobre o Leste asiático e por conseguinte as ações japonesas na grande guerra mundial.

A China vinha desgastada por um longo período de fricção, primeiramente pela guerra civil entre nacionalistas e comunistas, interrompida por uma trégua para lutar contra um inimigo em comum, o Japão, que invade o território da Manchúria em 1937 para obter vantagens econômicas e militares no contexto da guerra mundial (Kennedy, 1989, p. 388-390). O domínio japonês sobre a China se manteve até o fim da Segunda Guerra Mundial, processo que foi muito violento e desgastante para o povo chinês.

Durante o período de invasão japonesa, os comunistas reuniram muitos soldados no interior da China, combatendo as invasões japonesas e ganhando prestígio com a população rural. Além disso, as forças maoístas implantaram diversas mudanças regionais e possibilitaram o acesso de muitos camponeses à terra, estabelecendo uma base de apoio forte aos ideais do Partido Comunista Chinês nas áreas rurais.

Encerrada a Guerra Sino-japonesa, a China sai da esfera de influência do Japão e entra agora no processo de disputa por influência entre as duas grandes potências que saíram vencedoras da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, preenchendo o vácuo de poder advindo da derrota japonesa.

Nesse momento, havia grande preocupação norte-americana sobre o crescimento dos movimentos nacionalistas na Ásia alinhados aos ideais socialistas (Kennedy, 1989, p. 488), que já estavam se desenvolvendo na China antes da Segunda Guerra, uma vez que, de 1927 a 1937,

nacionalistas e socialistas chineses travaram uma Guerra Civil e, mesmo durante o período de invasão japonesa, quando foi firmada a trégua, ocorreram conflitos entre os dois grupos.

Com o encerramento do conflito contra os japoneses, Chiang Kai-Shek e Mao Tsé-Tung, respectivamente os líderes dos nacionalistas e dos comunistas, buscaram encontrar um ponto mediador para a formação de um novo governo na China no pós-guerra. Entretanto, este ponto não é alcançado e, em julho de 1946, os nacionalistas retomam as hostilidades contra as forças de Mao (Kissinger, 1989, p. 488).

Desta forma, retoma-se a Guerra Civil, principalmente em função das diferenças ideológicas entre as duas partes, da exploração social e da desigualdade socioeconômica ainda advindas do período da China Imperial. Assim, os comunistas ganharam grande apoio da população, principalmente dos camponeses pela promessa da realização de uma reforma agrária e de melhoria da qualidade de vida. No lado nacionalista, o apoio estava baseado nas elites urbanas e nas forças armadas.

A Guerra Civil chinesa teve grande influência das nações que saíram vencedoras da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista Chinês (PCC) recebia apoio da União Soviética enquanto as forças do governo nacionalista do Kuomintang recebiam ajuda econômica e militar dos Estados Unidos (Kennedy, 1989, p. 488). Embora as forças maoístas possuíssem desvantagens militares frente às forças regulares nacionalistas, empregavam táticas de guerrilha e mobilizavam muitos camponeses nos embates. Com isso, o PCC logrou vitória em 1949 sobre as forças nacionalistas.

Com a vitória do PCC, foi fundada sob a liderança de Mao Zedong a República Popular da China e, por conseguinte, ocorre a fuga das forças nacionalistas de Chiang Kai-Shek para a Ilha de Taiwan, surgindo, assim, duas Chinas, uma socialista, no território continental, e outra capitalista, na Ilha de Taiwan.

## **2.2 A Revolução Cultural**

A Guerra Civil chinesa, vencida pelo PCC, impactou fortemente o mundo capitalista, e a China emergiu como um grande Estado socialista somando esforços à agenda soviética na Ásia. Nesse momento, os Estados Unidos da América (EUA) consideram até reconstruir as forças armadas e a economia japonesa com o intuito de tornar o Japão um “baluarte anticomunista na Ásia”. (Kennedy, 1989, p. 489)

Porém, Mao Tsé-Tung visualizava um futuro grandioso para a China e tinha consciência da grandiosidade histórica da nação ao proclamar, na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, logo antes da Proclamação da República Popular da China:

Compartilhamos o sentimento de que nosso trabalho entrará para a história da humanidade e irá demonstrar claramente que os chineses, que compreendem um quarto da humanidade, começaram a se erguer. Os chineses sempre foram um povo grande, corajoso e industrioso. Foi apenas em tempos recentes que ficaram para trás, e isso se deveu apenas à opressão e à exploração do imperialismo estrangeiro e do governo doméstico reacionário. [...] Nossos predecessores nos instruíram a levar sua obra a ser completada. Estamos fazendo isso agora. Nós nos unimos e derrotamos tanto nossos opressores estrangeiros como domésticos por meio da guerra de libertação popular e da grande revolução popular, e proclamamos o estabelecimento da República Popular da China. (Kissinger, 2012, p. 92)

Após a revolução, a República Popular da China entra na década de 1950 com uma população basicamente rural, o nível de industrialização baixíssimo e vários conflitos fronteiriços com a Índia nos Himalaias. Além disso, a geopolítica chinesa sofria os impactos da guerra na Coreia travada mediante a influência direta das duas principais potências mundiais.

Em tais circunstâncias, o governo de Mao precisou realizar profundas mudanças na China em busca de um futuro próspero, realizando transformações no Estado chinês que significavam abandonar a tradição confucionista, embora o governo seguisse baseado em instituições conservadoras. (Kissinger, 2012, p. 90 - 93)

Nessa vertente, Mao visualizava que “a ordem confucionista mantivera a China fraca” (Kissinger, 2012, p. 91) e era necessário realizar profundas reformas, um levante para que a revolução se mantivesse, mesmo que com sacrifícios do próprio Partido Comunista e de seu líder.

Doravante, a consolidação do processo revolucionário comunista e a solidificação do governo maoísta na China em 1958 inicia-se com o programa que seria conhecido como Grande Salto Adiante, que direcionava o Estado para uma pauta de coletivização econômica, em um processo contínuo de reformas. (Kissinger, 2012, p. 91- 92)

O Grande Salto Adiante foi concebido pelo PCC para que o desenvolvimento e a modernização dos setores industrial e agrícola da China fomentassem a economia e esta pudesse rivalizar com as principais economias da época. Até o final da década de 1980, o programa foi estruturado com a periodicidade de metas de cinco anos, sendo a primeira entre 1958 e 1963, e arquitetado de forma que o crescimento de um setor contribuísse mutuamente para o crescimento de outro.

Sendo assim, a China foi inteiramente dividida em uma série de comunas que abrigavam cerca de cinco mil famílias que deveriam cumprir metas de produção agrícola. No início de



1959, o plano se mostrou eficiente, porém por decisões políticas equivocadas, as comunas começaram a receber metas inalcançáveis que, caso não fossem atingidas, as pessoas poderiam ser punidas ou até presas. (Chang-Sheng, 2004, p. 114)

As ferramentas disponibilizadas aos trabalhadores não eram de boa qualidade e, somado a isto, o clima de 1959 foi severo na China, apresentando regiões de seca e outras com inundações, e algumas regiões não apresentavam produção suficiente, ocorrendo até mesmo fome. Em 1960, o clima se torna ainda pior e, somado a decisões erradas, a produção agrícola cai ao ponto de ser realizado o racionamento de comida. Acredita-se que no período entre 1959 e 1962, 20 milhões de pessoas morreram de fome ou males associados a esta na China. (Chang-Sheng, 2004, p. 115)

O Grande Salto Adiante foi um fracasso, o próprio Mao Tsé-Tung assume os erros do plano, e é encerrado ainda em 1960. Embora popular, Mao é culpado do fracasso do projeto e demite-se do cargo de Chefe de Estado, se mantendo, no entanto, presidente do PCC. O cargo de Chefe de Estado é assumido por Liu Shao-Chi em 1959, doravante, Mao utilizará sua liderança carismática para guiar o Estado chinês à Revolução Cultural.

Conquanto estivesse passando por um momento conturbado no seu desenvolvimento econômico, o Estado chinês sinaliza um grande avanço tecnológico e militar para a comunidade internacional, e em 16 de outubro de 1964 realiza o primeiro teste com armas nucleares, trazendo os holofotes do mundo para a China ao entrar no grupo de países com capacidade beligerante nuclear em meio ao contexto internacional da Guerra Fria.

Embora a China tenha sinalizado seu desenvolvimento tecnológico em meio a uma crise interna sob a liderança carismática de Mao, o povo mobilizado, principalmente a juventude, estava unido aos ideais da Revolução Cultural, uma mobilização político-econômica com intensa perseguição ideológica. (Kissinger, 2012, p. 175)

Mao estava em uma posição isolada no PCC desde o fracasso do Grande Salto para Frente<sup>2</sup>, embora ainda fosse o presidente do partido, e inicia uma perseguição a integrantes do partido que pertenciam à antiga burguesia chinesa e grupos que acusava estarem distorcendo os ideais da Revolução Chinesa, além de membros que defendiam o retorno da reaproximação da China com a União Soviética (Lyrio, 2010, p. 55).

---

<sup>2</sup> Após o fracasso do Grande Salto para Frente e a morte de milhares de chineses devido a fome levam Mao a renunciar a liderança do PCC, somado a esse fato importantes lideranças do PCC criticaram suas ações o que gradualmente levou o declínio de sua influência no interior do partido, entretanto, cabe ressaltar que perante o povo chinês, Mao continuava sendo uma figura de grande importância (Lyrio, 2010, p. 55).

Em maio de 1966, Mao divulgou a Circular 16 de Maio que externaliza a luta contra burgueses e reacionários divergentes do processo revolucionário no interior do PCC. A divulgação do documento convoca as massas a aderirem ao combate e tem principal aderência entre os jovens, formando-se, assim, a Guarda Vermelha, uma espécie de organização que seguia os ideais de Mao ao executar as perseguições ideológicas pelo país. Baseando-se no Pequeno Livro Vermelho<sup>3</sup>, a campanha foi liderada pelo Grupo dos Quatro que eram os seguidores mais próximos a Mao (Kissinger, 2012, p. 176).

A Revolução Cultural visava combater os Quatro Velhos: velhas ideias, velhas culturas, velhos costumes e velhos hábitos. Tudo que divergisse dos ideais maoístas deveria ser perseguido, e os principais alvos do ideal maoísta eram o combate ao confucionismo, aos cultos religiosos e símbolos da cultura ocidental (Kissinger, 2012, p. 175; Mendonça, 2009, p. 17).

A Guarda Vermelha exerceu um papel muito importante na revolução, os integrantes se reuniam em comitês e eram doutrinados nos ideais maoístas e incentivados a serem guardiões desses ideais, denunciando quem os desrespeitasse, incluindo seus professores e até mesmo membros de suas famílias. Uma vez denunciadas, as pessoas eram mandadas para campos de reeducação onde eram forçadas a trabalhar e passavam por uma reeducação política. (Kissinger, 2012, p. 174)

A Guarda Vermelha adquiriu tanto poder, muitas vezes por delegação de Mao, que se tornou uma organização de grande vulto utilizando deliberadamente a violência em suas atuações, e foi necessário, em abril de 1969, que o Exército chinês interviesse para dissolver a organização, embora resquícios da guarda tenham se mantido até a morte de Mao Tsé-Tung.

A Revolução Cultural afetou profundamente a estrutura social chinesa. Devido às sistemáticas perseguições muitas escolas foram fechadas, intelectuais, artistas e professores foram enviados para campos de reeducação ou mortos, e as universidades foram fechadas por alguns anos (Kissinger, 2012, p. 101 e 175; Lyrio, 2010, p. 55).

Sob o ponto de vista econômico, o sistema de produção estava desorganizado, acarretando o declínio da produtividade industrial e agrícola. No tocante às relações internacionais, a China, devido aos ideais da revolução, rompe totalmente com o modelo cultural ocidental, isolando-se dos demais Estados e rompe também com o bloco soviético devido a uma série de divergências<sup>4</sup>. (Dos Santos, 2020, p. 17)

---

<sup>3</sup> O Pequeno Livro Vermelho foi um compendio de discursos e pensamentos de Mao Tsé-Tung, a obra foi confeccionada por Lin Biao em 1964 e trazia princípios norteadores do maoísmo (Kissinger, 2012, p. 176).

<sup>4</sup> China e URSS se afastam devido primeiramente por divergências ideológicas, Mao acusa os soviéticos de se afastarem das ideias fundamentais do marxismo, somado que as duas nações buscavam influenciar os demais países comunistas, por conseguinte, no campo econômico a China defendia um modelo descentralizado enquanto

Oficialmente, a Revolução Cultural foi encerrada em 1976 após a morte de Mao Tsé-Tung, e todas as perseguições ideológicas gradativamente reduziram por toda a China, possibilitando a entrada de um governo não extremista que pudesse reestruturar a sociedade chinesa e garantir a estabilidade política. (Lyrio, 2010, p. 55)

### **2.3 Alinhamento e rompimento com a URSS e busca por uma liderança na Ásia**

Paralelo à Revolução Chinesa e à Revolução Cultural, o mundo estava dividido em dois polos de poder, os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ambas potências que se consolidaram no pós-guerra e possuíam capacidade nuclear.

Em meio à disputa entre nacionalistas e socialistas durante a Revolução Chinesa, Mao visitou Moscou em dezembro de 1949 para se reunir com Stalin, poucos meses antes de proclamar a República Popular da China. Esse ato de política externa, a priori, visava buscar a aliança com a superpotência comunista vencedora da Guerra Mundial, entretanto, iria se caracterizar por uma “diplomacia triangular” (Kissinger, 2012, p. 105) entre URSS, EUA e a China que migrou de lado conforme seus interesses. (Kissinger, 2012, p. 105)

Mao dialoga com Stalin em busca de um período de paz que a China necessitaria para alcançar sua estabilidade econômica. Entretanto, a China se envolveu em menos de um ano na Guerra da Coreia, um choque direto com os Estados Unidos. O encontro entre os dois principais líderes da esfera comunista não ocorreria de modo tão cortês, visto que a URSS em Yalta<sup>5</sup> pleiteou direitos especiais sobre a Manchúria (Kissinger, 2012, p. 107). Entretanto, Mao destaca formalmente sua posição de manter a paz entre as nações e, nesse sentido, Stalin tece que uma aliança militar não seria necessária e o acordo feito com Chiang Kai-Shek poderia ser mantido. (Kissinger, 2012, p. 109)

Ambos os líderes eram estrategistas notáveis e Stalin queria manter o acordo firmado com Chiang Kai-Shek, mas após cerca de um mês de negociações, um novo acordo foi assinado com o ponto da contrapartida de assistência mútua em caso de uma fricção com uma outra potência, mesmo Stalin sendo contra este ponto. Entretanto, a China iria pagar caro por esta

---

a URSS um modelo centralizador, e, somada a essas questões, os dois Estados tinham tensões fronteiriças reivindicadas pela China que potencializavam as tensões. Dessa forma, o conjunto de divergências entre as duas nações provocou a cisão gradual entre elas a partir da década de 50 (Dos Santos, 2020, p. 17).

<sup>5</sup> Conjunto de reuniões que ocorreram em fevereiro de 1945 entre Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética, China e França, com objetivos centrais de determinar a divisão dos territórios após a Segunda Guerra Mundial e como se daria a ordem internacional no período pós-guerra (Kissinger, 2012, p. 107-108).

aliança através de concessões na Manchúria e Xinjiang, o reconhecimento da independência da Mongólia e o uso soviético do porto de Dalian. (Kissinger, 2012, p. 109)

Embora tenha realizado um encontro com Stalin nos meses que antecederam o fim da Revolução Chinesa e, por consequência, a Proclamação da República Popular da China, a URSS não reconheceu imediatamente a nova república socialista, somente quinze dias depois, o que não foi bem-visto pelos chineses.

Outro ator que também estava presente nas relações entre a China e a URSS era o Kim Il-Sung, líder da Coreia do Norte, Estado que fora dividido em dois após a II GM com base no paralelo 38, com o Estado ao Norte sobre a influência da URSS e ao Sul sobre influência dos EUA.

A priori, Kim busca o aval de Stalin para realizar o esforço militar contra a Coreia do Sul. Entretanto, existia a possibilidade de uma resposta militar americana na região e, inicialmente, Stalin era contra a intervenção, mas em abril de 1950, após o encontro entre Stalin e Kim em Moscou, este sai com o aval de Stalin para uma invasão, mas esta deveria ter também o apoio chinês, e caso ocorresse uma mudança da postura americana, a União Soviética não iria enviar tropas em apoio. (Kissinger, 2012, p. 115)

Dada a permissão de Stalin a Kim, este busca agora Mao para negociar o apoio chinês na investida norte-coreana. Kim recusa apoio militar e cita que iria resolver a unificação da Coreia com suas forças. Mao, antes de dar o aval a Kim, consulta, através de telegrama, Moscou, que enfatiza a responsabilidade chinesa em apoiar ou não a investida. Deste modo, Stalin colocou o veto da intervenção norte-coreana nas mãos de Mao. (Kissinger, 2012, p. 117 e 118)

Mao nesse momento analisa que com o sucesso coreano a China também poderia, no futuro, conseguir apoio soviético para uma intervenção em Taiwan, entretanto, o prognóstico de Mao falhou e ainda custou caro devido à opinião pública americana que não deixaria de ignorar duas investidas comunistas na Ásia (Kissinger, 2012, p. 118). Com isso, Kim retorna à Coreia com o aval de Mao para a invasão norte-coreana.

Em 25 de junho, inicia-se a investida norte-coreana e, totalmente diferente das hipóteses comunistas, os Estados Unidos intervêm militarmente na Coreia, inclusive com o apoio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>6</sup>, fato que ocorre sem a

---

<sup>6</sup> Resolução 84 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 07 de julho de 1950 (ONU, 1950).

interferência da URSS devido à abstenção soviética à participação do conselho em protesto ao assento chinês estar sendo ocupado por dirigentes de Taiwan.<sup>7</sup>

Os EUA também associam a investida coreana à Guerra Civil chinesa, justificando a atitude de Truman, presidente americano, de enviar a sétima frota americana para o estreito de Taiwan, primeiramente para impactar a opinião pública americana sobre a guerra e por conseguinte, minimizar os riscos americanos na Coreia, fato que foi ao encontro dos planos de Mao ao planejar uma investida sobre Taiwan. (Kissinger, 2012, p. 119)

Assim como as nações comunistas não acreditavam em uma resposta militar na Coreia, os EUA também não tinham como hipótese uma invasão norte-coreana rumo ao sul. Dessa forma, americanos e chineses não tinham um planejamento do que realizar na Coreia, e a ideia americana seria a manutenção do status da Coreia antes das hostilidades, e para a análise chinesa uma investida americana na região poderia suprimir o Estado norte-coreano como também influenciar no território chinês e suas aspirações e, deste modo, era necessário que a China entrasse na guerra junto às forças do norte para garantir a existência do Estado comunista, além de afastar a influência americana da região. (Kissinger, 2012, p. 124)

A presença de tropas américas e chinesas no conflito fez com que os conflitos se estabilizassem próximo ao Paralelo 38, status que se encontrava a Coreia anterior à eclosão do conflito, sem grandes conquistas para ambos os lados. Com isso, em Panmunjom ocorre a negociação por uma trégua temporária levando ao fim do conflito, encerrado em julho de 1953.

A entrada da China com tropas na Guerra da Coreia causa grandes mudanças. Primeiramente, a China, embora não tenha conquistado todos seus objetivos na guerra, se mostrou como República Popular da China e uma potência militar capaz de defender seus interesses, além de demonstrar um papel em prol de uma liderança a Ásia. Por conseguinte, a guerra também apresentou uma grande mudança na esfera comunista. Embora a China tenha saído exaurida do conflito, a URSS foi quem mais perdeu espaço no conflito. Stalin manipulou a Coreia e a China em dar início ao conflito em busca de fortalecer o elo de dependência soviética entre as nações e ao mesmo tempo desgastar os EUA em uma guerra sem o enfrentamento direto com os americanos. (Lyrio, 2010, p. 85; Felipe, 2019)

A posição em que a URSS se posicionou no início e durante o conflito ao fomentar a fricção na Coreia e posteriormente forças a entrada da China no conflito, limitando somente os

---

<sup>7</sup> Em 1949, após a Guerra Civil Chinesa, as forças socialistas, lideradas por Mao, derrotam o Partido Nacionalista liderado por Chiang Kai-Shek que foge para a Ilha de Taiwan onde estabeleceu o governo da República da China como o legítimo governo chinês, e por conseguinte era o representante chinês perante a ONU, respaldado pelo apoio Norte Americano. Este status de Taiwan se mantém até 1971 quando a Assembleia Geral da ONU votou a Resolução 2758 que torna a República Popular da China a representante oficial chinesa na ONU. (ONU, 1971)

soviéticos a prestar apoio logístico, criou uma situação política de desconfiança entre soviéticos e chineses, por estes se sentirem usados em um conflito de uma esfera maior. Outra questão que fugiu do controle da URSS foi, ao fim do conflito, proporcionar à China um desenvolvimento militar acelerado, possibilitando a esta ter uma capacidade militar considerável para atuar sozinha.

A China sai do conflito percebendo que poderia estar dissociada dos interesses soviéticos com os EUA, e que poderia tomar decisões fora da esfera soviética, ao ponto que Mao calcula que poderia enfrentar ambas as potências concomitantemente ao usar os interesses divergentes entre as duas nações para fomentar o desenvolvimento chinês (Kissinger, 2012, p. 134 - 135).

Entretanto, tal política também deixava a China suscetível a ir de encontro ao interesse de ambas as potências, fato que nesse momento os Estados Unidos entendem que o governo sediado em Taiwan ainda representa o governo chinês e a na parte continental um governo revolucionário. Dado o entendimento de duas Chinas pela ótica americana, diversas fricções ocorrem entre estes estados, principalmente neste período a primeira e segunda crise no estreito de Taiwan. O que leva também a URSS nesse período a estar numa posição complexa ao alinhamento ou não com China (Tancredi, 2018, p. 16).

A URSS neste momento continuava a buscar um alinhamento de interesses entre soviéticos e chineses contra os EUA, mas esses interesses muitas vezes não eram convergentes a ponto de uma ação comum. Alinhado a este fato está a visão sinocêntrica de Mao, que visualiza que os interesses da China são superiores a um alinhamento ideológico com os soviéticos, fato que é observado em 1955 com a criação do Pacto de Varsóvia sem a adesão chinesa, visto que os problemas entre os europeus e a URSS estavam em um segundo plano para a China.

Seguindo na vertente de desconexão entre soviéticos e chineses, até a década de 50 a economia chinesa era baseada no modelo soviético, mas a China abre um novo caminho e em 1955, Mao deixa claro que os planos chineses são únicos e enormes e apresentavam resultados melhores que os soviéticos. (Kissinger, 2012, p. 151)

Com isso, China e URSS entram cada vez mais em caminhos conflitantes e, cerca de três meses após a morte de Stalin, em fevereiro de 1956, Khrushchev, assume a liderança da URSS, realiza um discurso no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética onde denunciou diversos crimes cometidos por Stalin. Durante tal discurso diversos delegados foram retirados do auditório do congresso, inclusive chineses, e após o discurso de Khrushchev, não

foi cedida nenhuma nota oficial soviética, atendo o governo chinês somente ter acesso de conteúdos através de reportagens do Jornal New York Times. (Kissinger, 2012, p. 152)

O problema diplomático ocorrido no congresso do partido comunista fez com que Mao acusasse que o processo de “desestalinização” realizado por Khrushchev como revisionista, ou seja, uma forma de insulto ideológico ao comunismo, visto que dadas as divergências entre Stalin e Mao no campo político, Mao sempre creditava a Stalin suas contribuições para a revolução comunista. Somado a este fato acusava os soviéticos de se afastarem do comunismo e darem voz ao passado burguês (Kissinger, 2012, p. 152).

Khrushchev, visando melhorar as relações na esfera comunista, convocou em 1957 uma conferência dos países socialistas. Mao vai à Rússia e convoca os líderes dos países socialistas contra o imperialismo e Khrushchev pela coexistência pacífica do bloco soviético, embora China e URSS estivessem cada vez mais envolvidas em questões que as afastassem. Entretanto, Khrushchev visualizava o retorno da proximidade entre as duas nações.

Buscando a melhora das relações sino-soviéticas, Khrushchev, através de seu embaixador em Pequim, oferece apoio soviético para desenvolvimento de tecnologia de submarinos pela contrapartida do uso de portos chineses pela marinha soviética, o que é recebido por Mao como uma afronta. Com o intuito de acalmar a situação, Khrushchev viaja a Pequim para negociar pessoalmente o acordo, mas não obtêm êxito e ainda recebendo severas críticas de Mao durante sua estadia na China. (Kissinger, 2012, p. 154)

Em 1960, as relações sino-soviéticas se deterioraram ainda mais, tendo a imprensa chinesa chegado a publicar críticas às ideias soviéticas nomeando-as como revisionistas, como também foi realizado na Reunião da Federação Mundial dos Sindicatos em Pequim (Zagoria, 1967. p. 339), culminando em julho com a distribuição de documentos soviéticos que criticavam Pequim e realizavam ataques diretos de Khrushchev a Mao em uma reunião a portas fechadas em Bucareste, no Congresso do Partido Romeno, o que foi respondido cinco dias depois pela delegação chinesa. Em represália a estas críticas, os soviéticos retiram da China centenas de técnicos e anulam unilateralmente diversos contratos e encerram outros, fato que afetou severamente a economia chinesa e a produção agrícola dos anos seguintes<sup>8</sup>.

Outra questão que enfraqueceu as relações sino-soviéticas foi a deflagração do conflito entre Índia e China causado por questões fronteiriças em 1962<sup>9</sup>. Inicialmente, os soviéticos

---

<sup>8</sup> “Carta do comitê central do partido comunista da China, em 29 de fevereiro de 1964, ao comitê central do partido comunista da União Soviética, reproduzida em sete cartas trocadas entre o comitê central do partido comunista da China e o comitê central do partido comunista da União Soviética.” (Rodrigues, 2002)

<sup>9</sup> Disputa entre Índia e China por territórios na região do Himalaia, delimitado pela região de Arunachal Pradesh (Kissinger, 2012, p. 167).

declararam apoio à China, com o intuito de também receberem apoio na Crise dos Mísseis de Cuba frente aos Estados Unidos. Entretanto, com a deflagração do conflito, os soviéticos adotaram uma posição de neutralidade, o que foi visto de maneira desagradável na China, visto que na visão chinesa os soviéticos adotaram uma posição neutra entre uma nação irmã comunista e um estado burguês, sendo vista de forma negativa pela China e sendo materializado em dezembro de 1962 no Diário Popular, o jornal oficial do PCC. (Kissinger, 2012, p. 173)

No campo dos conflitos propriamente ditos, ocorreram alguns pequenos conflitos fronteiriços, como em setembro 1963, seguidos por acusações de violação de fronteiras por ambas as partes. No ano de 1964, a China realiza seus primeiros testes nucleares o que eleva o alerta soviético sobre o poderio chinês, embora o desenvolvimento nuclear chinês tivesse o apoio técnico soviético<sup>10</sup>.

Entretanto, em 1969, os conflitos armados na zona de fronteira aumentaram e iniciaram rumores de que a URSS realizaria ações armadas de grande monta sobre a China, o que levou a China buscar os soviéticos para demarcar a fronteira e apaziguar as situações, o que na prática não ocorreu devido aos constantes choques ideológicos.

## 2.4 O Legado da Revolução Cultural

Desde a Revolução Comunista, a China encarou diversos desafios em sua história, no âmbito externo, como a Guerra da Coreia e problemas territoriais com a URSS, Índia e Taiwan. No campo interno, tentou emplacar grandes reformas dentro do ideal maoísta, projetos que desgastam a China, como o projeto do Grande Salto Adiante, que causou grandes problemas sociais e econômicos, e a Revolução Cultural que levou ao extremismo político-ideológico e à perseguição e morte de muitas pessoas.

Entretanto, as grandes reformas foram importantes para o sucesso do processo de ascensão da China, como cita Kissinger em seu livro através da análise de Hu Angang:

Acadêmico e conselheiro do governo Hu Angang afirma que a Revolução Cultural, embora um fracasso, deixou o palco montado para as reformas de Deng nas décadas de 1970 e 1980. Hu hoje propõe usar a Revolução Cultural como estudo de caso para os modos em que os “sistemas de tomada de decisão” no atual sistema político da China possam se tornar “mais democráticos, científicos e institucionalizados. (Kissinger, 2012, p. 178)

---

<sup>10</sup> Firmava-se em 15 de outubro de 1957 um acordo entre os dois, em que a URSS se comprometia a facilitar à China armamento nuclear e dados técnicos a respeito. O acordo foi secreto e só revelado pela imprensa chinesa em 1963, seis anos mais tarde (Rodrigues, 2002).



Em relação à questão política, no período da Revolução Cultural ocorreu a perseguição ideológica aos revisionistas, e quem não se alinhasse aos ideais maoístas passaria pelos chamados campos de reeducação, fato que trouxe uma unidade de pensamento ao Partido Comunista Chinês, que, embora se tornasse uma instituição centralizada e fortemente ideológica, proporcionou com mais facilidade as tomadas de decisão para a China.

No campo econômico, o movimento de Mao trouxe complexos problemas para a China. O sistema de agricultura não era eficiente para cumprir as necessidades da população, passando por períodos de fome e escassez drástica de alimentos. A indústria chinesa também apresentou problemas devido ao envolvimento na guerra da Coreia, o que direcionou grande parte da produção industrial para a produção militar. (Jabbour, 2012, p. 331)

Com relação à economia, também se desenvolveu um processo de isolamento da China no sistema internacional, reduzindo as transações econômicas e sendo elas principalmente com países da esfera socialista, fato que estagnou o seu desenvolvimento industrial, comercial e econômico. (Kissinger, 2012, p. 163)

Entretanto, durante a revolução a China se volta para resolver problemas internos e, dado o tamanho do território chinês, um dos grandes problemas à época era o acesso entre as regiões. Durante este período foram iniciadas diversas obras de infraestrutura para possibilitar a ligação entre as regiões, principalmente aquelas relacionadas a estradas e ferrovias, e foi dada atenção à questão energética com a construção de hidroelétricas. Tais obras foram de suma importância para impulsionar o desenvolvimento da China após o período de Mao Tsé-Tung. (Lyrio, 2010, p.41)

Em setembro de 1976, Mao Tsé-Tung morreu e a China ficou em meio a um clima de incertezas políticas. A viúva de Mao e outras lideranças da “Banda dos Quatro” tentam se manter na liderança, mas foram afastados pelo novo líder do partido Hua Guofeng, que foi eleito em 1977 e, posteriormente, nomeado Presidente da República Popular da China. Porém, a nova liderança do partido era desafiada por Deng Xiaoping, umas das lideranças mais influentes do PCC. (Kissinger, 2012, p. 264)

Em 1978, Deng Xiaoping foi eleito vice-presidente do PCC e com isso começou a implementar significativas reformas internas na China em busca do desenvolvimento da economia somado ao processo de abertura da China ao mundo. Com sua liderança carismática e o sucesso das reformas que estava liderando, Deng Xiaoping é eleito em 1981 presidente do PCC e passa a implementar profundas reformas na China.

## 2.5 Abertura econômica e o modelo econômico chinês

Deng Xiaoping era um político ativo no PCC. Durante o período maoísta fez carreira dentro do partido, ocupando cargos importantes que proporcionaram a ele ver a realidade chinesa em seus detalhes e desenvolver suas ideias, chegando ao cargo de Presidente do partido e, por conseguinte, líder de toda a China. Xiaoping inicia seu comando no PCC com as Quatro Grandes Modernizações na agricultura, indústria, defesa, e ciência e tecnologia, e, além disso, ao observar a grande problemática causada pela nacionalização dos campos de produção agrícola, retorna com o viés de privatização do campo para fomentar o crescimento agrícola.

Ato contínuo, Xiaoping promulga o Sétimo Plano Quinquenal, que conduziria a China entre os anos de 1981 e 1985. O plano visava o desenvolvimento de transportes, comunicação e produção elétrica para incentivar o desenvolvimento interior do país para fortalecer a economia exterior (Leão, 2010). Estas reformas eram essenciais e extrapolavam o poder que a Revolução Cultural poderia alcançar, porque levaria condições materiais e econômicas para as classes mais pobres devido ao aumento de poder de trabalho na agricultura e indústria chinesa.

Xiaoping observou que o sistema de comunas no período de Mao não era eficiente para a China, e, dessa forma, dissolveu esse modelo de produção retornando a posse da terra para a esfera familiar, e instalou um novo sistema contratual segundo o qual as famílias poderiam vender seus excedentes. Essa medida fez com que a produção agrícola chinesa duplicasse na primeira metade da década de 80. (Arrighi, 2008, p. 366)

O excedente na produção e o acúmulo de capital nas regiões agrícolas fomentaram a expansão industrial de bens de consumo, resultando na condição basilar para a expansão industrial que estaria por vir na China. Fato que pode ser observado pelo relatório do Sétimo Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês:

O rápido desenvolvimento representa o mais notável sucesso do novo período. [...] levando o povo a trabalhar arduamente para promover o rápido desenvolvimento sustentado da China a uma taxa raramente vista no mundo. A economia da China, em tempos à beira do colapso, cresceu de forma a alinhar como a quarta maior do mundo e com um volume de importações e exportações que é o terceiro maior. O povo chinês, em tempos inadequadamente alimentado e vestido, goza no geral de uma vida razoavelmente confortável. A população pobre das áreas rurais caiu de mais de 250 milhões para pouco mais de 20 milhões. Os sucessos no desenvolvimento político, cultural e social chamaram a atenção do mundo. (De Araújo, 2015, p.22)

Outro ator importante no período de desenvolvimento agrícola foram as Cooperativas de Produção Industrial, criadas ainda no período de Mao, focadas para produção de insumos agrícolas que, no período de Xiaoping, foram utilizadas para desenvolver a produção agrícola

e assim fomentaram o desenvolvimento tecnológico rural, além de terem criado empregos e amenizado os processos de êxodo. (Milaré, 2011, p. 53)

Por conseguinte, o setor industrial passaria por grandes reformas. As empresas estatais são um dos principais atores do desenvolvimento industrial, embora tenham passado por reformas e grande parte delas passaram por um processo de independência financeira. O Estado chinês não deixou de exercer controle sobre suas decisões, controlando de forma indireta a abordagem empresarial e moldando as empresas de modo que seus processos de modernização e desenvolvimento estivessem alinhados com os interesses econômicos e sociais do Estado. (Milaré, 2011, p. 59)

A industrialização chinesa também era privilegiada pelo Comunicado de Xangai, que, além de normatizar as relações diplomáticas entre China e Estados Unidos, foi um dos caminhos para que a China tivesse acesso à importação de máquinas e equipamentos com a possibilidade de financiá-las sem desestabilizar sua economia. Dessa forma, o processo de industrialização chinês focava em atender o ímpeto de crescimento do mercado global e, assim, atender suas demandas.

O Sétimo Plano Quinquenal criou o modelo das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que se tornou uma grande ferramenta para o desenvolvimento econômico e industrial chinês. As ZEE visavam estimular a industrialização e o desenvolvimento de serviços em regiões específicas que receberiam incentivos estatais especiais. O Estado buscava nessas áreas receber investimentos externos de longo prazo, e elas foram selecionadas próximo ao litoral de modo a facilitar o escoamento dos produtos, e se desenvolveriam de forma capitalista, entretanto, com o aval e controle do estado chinês.

A China consolida seu processo de industrialização no período de Xiaoping com um processo crescente de abertura ao investimento e recebimento de indústrias estrangeiras em seu território, e forneceu investimentos diretos estrangeiros em vários setores da sociedade que puderam ser canalizados conforme os interesses do Estado e do PCC. A entrada desses investimentos foi absorvida pelos chineses em um processo de aprendizado que possibilitou a apreensão do desenvolvimento de diversos produtos, levando a uma explosão de produtos pirateados e processos de engenharia reversa atrelados a esse gradual processo de abertura econômica, sendo criada a oportunidade para o escoamento desses produtos para todo no mundo. Como cita Milaré sobre as ZEE: “Por se situarem próximas ao litoral, algumas ZEE puderam se inserir na cadeia produtiva global como uma espécie de intermediário entre os Estados Unidos e os países mais desenvolvidos do Leste/Sudeste asiático, como Japão e Coréia do Sul”. (Milaré, 2011, p. 67)

Outro setor que se desenvolveu nesse processo foi o bancário, possibilitando ao sistema bancário chinês, antes controlado indiretamente pelo PCC, direcionar o capital diretamente para as áreas de interesse do Estado, impedindo também a entrada de investimentos especulativos nesse momento, utilizando os investimentos estrangeiros diretos para desenvolver grandes projetos de infraestrutura e fomentar o desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, é claro observar que o processo realizado com o controle estatal buscava desenvolver a China nos setores-chaves, que proveriam incríveis resultados no médio e longo prazo.

### **3 A CHINA DO FIM DO PERÍODO MAOISTA À ENTRADA NO SÉCULO XXI**

Este capítulo abordará as principais reformas políticas, econômicas e militares que a China realizou desde o final do período maoísta, e que proporcionaram profundas reformas no Estado chinês, de modo a proporcionar a China entrar no século XXI como um dos principais polos industriais do mundo e apresentando um forte processo de desenvolvimento.

#### **3.1 O início de um novo modelo**

Com a morte de Mao, a China passou por um breve período de instabilidade política devido a lutas internas dentro do PCC, porém, após esse momento de fricção interna, Deng Xiaoping se consolidou na liderança da nação, político de carreira que observou de perto todos os projetos da era maoísta e tinha entendimento pleno do potencial que a China tinha para se tornar uma grande potência.

Deng Xiaoping esteve perto de Mao durante o período maoísta, entretanto, Deng e a sua família não foram poupados durante a Revolução Cultural por expor ideias que por algumas vezes divergiam com as de Mao. Deng passou períodos exilado nos campos de reeducação no interior da China. O período da Revolução Cultural trouxe profundas feridas para Deng, que teve sua família exilada e sofreu a opressão da Guarda Vermelha – inclusive, em um dos episódios, seu filho foi agredido por integrantes da Guarda Vermelha que acabaram o deixando paraplégico (Kissinger, 2012, p. 287).

Deng não somente observou as mudanças da China como também sofreu com elas, mas, acima de tudo, ao assumir a liderança da nação, Deng conhecia muito bem a situação da China e o que era necessário realizar para desenvolver o Estado. Dessa forma, iniciou uma série de reformas que possibilitaram à China apresentar vertiginosos níveis de crescimento a partir de seu governo, dando início às quatro grandes modernizações: agricultura, ciência e tecnologia, defesa e indústria, além de em 1981 propor o Sétimo Plano Quinquenal, que focou na produção de energia, transportes e comunicação.

#### **3.2 Reformas Políticas**

O momento do falecimento de Mao foi complexo para a liderança do Estado chinês. Meses antes do falecimento de Mao, Zhou Enlai era o chefe de Estado da China, porém faleceu após uma longa luta contra o câncer, sendo, nesse período, muitas vezes substituído por Deng

Xiaoping de maneira não oficial. Com a morte de Zhou, Mao, embora também doente, ainda exercia sua força política, indicando Hua Guofeng como premiê da China, e, pouco depois, Mao morre e Hua herda também o cargo do presidente do PCC. No mesmo tempo, Deng Xiaoping, um grande nome do PCC, foi, pela segunda vez, exilado devido ao seu discurso no funeral de Zhou (Kissinger, 2012, p. 290-291).

Com a morte de Mao Tsé-Tung, ocorreram diversos momentos de fricção no PCC, existia uma disputa pelo poder entre diversas lideranças, incluindo o “bando dos quatro”<sup>11</sup>, o grupo político mais próximo do falecido líder, dada as divergências, este último grupo foi expulso permanentemente do PCC e de qualquer cargo associado a este, e ainda foram presos. Dessa forma, foi encerrada a corrente política que ainda apoiava as ideias da Revolução Cultural (Souza, 2018, p. 37).

Nesse momento, Deng Xiaoping retorna do exílio e assume cargos na base do partido enquanto Hua estava com o controle de todos os cargos de cúpula no PCC. Pouco a pouco, Deng foi retomando seu espaço político e defendendo profundas reformas na China com o compromisso de superar o atraso econômico. Com esse discurso, durante a Terceira Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, Deng retoma ao poder com a máxima de “Reforma e Abertura” (Kissinger, 2012, p. 296).

Deng queria superar o legado da Revolução Cultural que deixou profundas feridas na China além de quase culminar em uma nova Guerra Civil. Com a prisão do “bando dos quatro” a linha maoísta mais rígida estava encerrada e assim uma nova oportunidade de estruturação política surgia na China, agora sobre a liderança de antigas lideranças que sofreram perseguições durante a revolução, incluindo o próprio Deng Xiaoping e diversos intelectuais, técnicos e engenheiros que foram exilados em tal período e agora poderiam retomar suas vidas e trabalhos.

Ainda ocupando o cargo de vice premier, Deng levantou a promessa de trazer prosperidade para o povo chinês através de profundas reformas conduzidas pelo Estado, baseando-se em uma linha desenvolvimentista e de incentivo ao crescimento econômico e tecnológico. Todavia, Deng não visualizava suprimir os ideais norteadores do socialismo chinês e a centralização do poder no PCC. Cabe salientar, que nesse momento Deng ainda não era formalmente o detentor do poder do PCC, mas era o principal líder no partido desde a Terceira Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês (Kissinger, 2012, p. 296).

---

<sup>11</sup> Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Jiang Qing e Yao Wenyan.

Sob a liderança de Deng, uma das primeiras medidas durante o lançamento das reformas de seu governo foi o incentivo ao retorno aos especialistas e intelectuais a participar do processo de modernização da China. Esta convocação foi uma indicação direta de Deng Xiaoping em propor um governo baseado em lideranças técnicas em detrimento a cargos de indicação política (Souza, 2018, p.43).

O novo governo não estava preocupado em realizar profundas reformas políticas, mas buscar canalizar esforços para as questões econômicas. O grande esforço do PCC estava sobre reformas econômicas, e após a implementação inicial dessas, foi que o partido realizou pequenas mudanças que eram demandadas pela sociedade chinesa como questões afetas a eleições regionais (Lyrio, 2010, p. 89).

No que tange à política interna, o período de Deng Xiaoping embora fomentasse uma intensa reformulação das atividades econômicas, as reformas não se estendiam para o âmbito da política interna como transcorre Kissinger (2012) sobre a China:

A visão de Deng clamava por “grande número de desbravadores que ousassem pensar, explorar novos caminhos e gerar novas ideias”, mas presumia que esses desbravadores iriam se limitar a explorar modos práticos de construir uma China próspera e manter distância da exploração de seus objetivos políticos últimos (Kissinger, 2012, p. 298)

Deng não visualizava a China em direção a uma democracia conforme o modelo ocidental, ele defendia a ideia de um partido único, e este fato trouxe problemas ao seu governo durante a década de 80, mesmo com grandes mudanças e melhorias ocorrendo na estrutura chinesa, como transcorre Lyrio (2010):

As mudanças no período ocorreram em contexto relativamente estável, sem repressão de larga escala nem as frequentes turbulências político ideológicas e sociais que caracterizaram o período anterior. Mesmo levando em conta os sérios efeitos colaterais gerados pela natureza e pelo ritmo do processo de modernização chinesa das três últimas décadas – desigualdade sócio-econômica crescente, disparidades regionais, corrupção, êxodo rural, degradação ambiental (Lyrio, 2010, p. 90).

No final dos anos 80 a China gradualmente abriu sua economia para o mundo e fomentou o seu desenvolvimento tecnológico, no entanto, essa abertura não era observada no campo social e político, e pequenas revoltas começaram a serem observadas pelo território chinês, clamando por mais liberdade, fato que culminou nos protestos na Praça Tiananmen em 1989.

O protesto na Praça da Paz Celestial ocorreu devido ao pedido de uma maior abertura política, contra a corrupção e uma menor concentração do poder do PCC. Inicialmente, o movimento era uma homenagem a Hu Yaobang, antigo Secretário-geral do PCC, mas durante o mês de maio de 1989 foram tomadas proporções maiores com jovens e estudantes clamando

por mais liberdade política na China, somada a esta questão, a China passou por um período de alta inflação, crise fiscal do Estado e elevado déficit externo (Lyrio, 2010, p. 91).

O movimento da Praça Tiananmen ainda ocorreu em um momento particular das relações diplomáticas da China durante o protesto Deng Xiaoping, que recebia a comitiva de Gorbatchov que estava na China com o intuito de encerrar um longo período de divergências e fricções políticas entre a URSS e a China (Vissentini, 2011, p. 134).

Com o intuito de encerrar os protestos que estavam tomando maiores proporções, Deng reuniu votos e aprovou perante o PCC a utilização de força militar para cessar os protestos. Em 4 de junho o movimento foi reprimido que buscava maior abertura política e transparência do governo chinês. A repressão realizada pelo PCC passou uma importante mensagem para o povo chinês como citam Lyrio (2010) e Kissinger (2012):

A repressão militar foi um sinal inequívoco da liderança chinesa de que o processo de transformação por que passava a China não implicaria a reforma abrangente do sistema político nem a abdicação pelo PCC dos meios de reprimir qualquer forma, ainda que remota e incipiente, de contestação ao seu virtual monopólio de poder (Lyrio, 2010, p. 92).

Devido a Tiananmen, os líderes chineses haviam optado pela estabilidade política. Fizeram isso da maneira mais hesitante, após quase seis semanas de controvérsia interna. Não escutei qualquer justificativa emocional dos eventos de 4 de junho; eles eram tratados como um infeliz acidente que surgira como que do nada (Kissinger, 2012, p. 372).

Importante ressaltar que o episódio da Praça Tiananmen foi, por décadas, abordado como um massacre de grandes proporções, versão que descobertas recentes não corroboram. A partir de 1999, uma série de documentos sobre os eventos em Tiananmen foram desclassificados e publicados pelo Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos, incluindo documentos e telegramas de embaixadores americanos. Segundo estes documentos, durante os protestos na praça ocorreram conflitos entre os estudantes e os militares, resultando em mortes de ambos os lados:

O resumo da inteligência do Secretário de Estado para a manhã seguinte (Documento 13) relata que "as mortes causadas pelo ataque militar à Praça Tiananmen variam de 180 a 500; milhares de outros ficaram feridos". Também descreve como "milhares de civis se mantiveram firmes ou se aglomeraram em torno de veículos militares. APCs foram incendiados e os manifestantes cercaram as tropas com pedras, garrafas e coquetéis molotov". (Richelson; Evans, 1999, tradução nossa<sup>12</sup>)

---

<sup>12</sup> Texto Original: *The Secretary of State's intelligence summary for the following morning (Document 13) reports that "deaths from the military assault on Tiananmen Square range from 180 to 500; thousands more have been injured." It also describes how "thousands of civilians stood their ground or swarmed around military vehicles. APCs were set on fire, and demonstrators besieged troops with rocks, bottles, and Molotov cocktails."* (Richelson; Evans, 1999)



O Documento 31, *Cable, From: U.S. Embassy Beijing, To: Department of State, Wash DC, TFCH01: SITREP No. 65, June 27, 1700 Local (June 27, 1989)*, oferece uma estimativa de mortos e feridos no protesto e ressalta a possível grande quantidade de militares mortos e feridos no evento:

Este documento, como afirmam os seus autores no início, “tenta esclarecer as coisas” sobre os acontecimentos da noite de 3 para 4 de junho. Ao contrário de relatos anteriores nos meios de comunicação ocidentais, o telegrama afirma que muitas, se não a maioria, das mortes associadas à repressão ocorreram na Avenida Changan e noutras ruas que rodeiam a praça, e não na própria Praça Tiananmen. O documento chama de "inconcebível" a noção de que os militares poderiam ter sofrido mais baixas do que os civis, mas sustenta que "as mortes de civis provavelmente não atingiram o número de 3.000 usado em algumas reportagens da imprensa", mas acredita que o número apresentado pelos chineses A Cruz Vermelha de 2.600 mortes militares e civis com 7.000 feridos não é "uma estimativa irracional" (Richelson; Evans, 1999, tradução nossa<sup>13</sup>)

Cabe também ressaltar o conflito interno entre tropas do ELP e lideranças internas do ELP que divergiam sobre o uso do exército contra a população civil:

Um telegrama da embaixada de 5 de junho (Documento 18) relata que unidades blindadas do 27º Exército do ELP "parecem preparadas para o ataque de outras unidades do ELP" e observa que um "adido militar ocidental" culpa em grande parte o 27º Exército pelo massacre de 3 de junho, e diz que o 27º “é acusado de matar até soldados de outras unidades quando se atrapalharam. O (Documento 19) afirma que o 27º Exército está "sendo responsabilizado pelas piores atrocidades contra civis durante o ataque de sábado à noite na Praça Tiananmen" e também observa que "alguns confrontos entre unidades militares teriam ocorrido". O Documento 20, um telegrama da embaixada datado de 6 de junho, refere-se a "rumores persistentes de divisões entre os militares e de combates entre unidades militares" (Richelson; Evans, 1999, tradução nossa<sup>14</sup>)

Além disso, os documentos também citam a presença de Deng Xiaoping nos bastidores das decisões políticas sobre uma resposta militar e suas articulações políticas internas e externas sobre os eventos, incluindo sua aparição após o evento, que demonstrou apoio à lei marcial e à

---

<sup>13</sup> Texto Original: *This document, as its authors state in the outset, "attempts to set the record straight" about the events of the night of June 3-4. Contrary to earlier reports in the western media, the cable asserts that many if not most of the deaths associated with the crackdown occurred on Changan Avenue and other streets surrounding the square, rather than on Tiananmen Square itself. The document calls the notion that the military could have suffered more casualties than civilians "inconceivable," but holds that "civilian deaths probably did not reach the figure of 3,000 used in some press reports," but believes that the figure put forward by the Chinese Red Cross of 2,600 military and civilian deaths with 7,000 wounded to be "not an unreasonable estimate."* (Richelson; Evans, 1999)

<sup>14</sup> Texto Original: *An embassy cable from June 5 (Document 18) reports that armored units from the PLA's 27th Army "seem poised for attack by other PLA units," and notes that a "western military attaché" largely blames the 27th for the June 3 massacre, and says that the 27th "is accused of killing even the soldiers of other units when they got in the way." The June 6 edition of the Secretary of State's Morning Summary (Document 19) states that the 27th Army is "being blamed for the worst atrocities against civilians during Saturday night's attack on Tiananmen Square," and also notes that "some clashes between military units reportedly have occurred." Document 20, an embassy cable from June 6, refers to "persistent rumours of splits among the military and fighting among military units."* (Richelson; Evans, 1999)

resposta militar. Por fim, os documentos citam o esforço das lideranças chinesas ao retorno da normalidade social e política. (Richelson; Evans, 1999)

Com isso, a repressão do movimento também demonstrou a manutenção da força do regime comunista na China, que não desistiu de exercer o poder centralizado na forma do PCC. Tal acontecimento também mostrou que o sistema do PCC se manteria no poder mesmo em meio a crises políticas no bloco comunista, bloco que acabou sofrendo severas rupturas com a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS (Lyrio, 2010, p. 94).

Desgastado com os acontecimentos que se sucederam em Tiananmen, Deng, que já visualizava sua aposentadoria do PCC, acaba deixando o partido, com seu último grande ato público ocorrendo em 1992 em uma viagem pelo Sul da China, onde clamava a continuação da política econômica que desenvolveu em sua gestão (Kissinger, 2012, p. 387). Deng Xiaoping foi sucedido por Jiang Zemin que manteve a política desenvolvimentista da China e teve que, durante a década de 90, rearranjar os laços chineses após a crise de Tiananmen e a dissolução da URSS.

Na política externa, a China estaria envolvida em diferentes contextos com o fim do governo de Mao. Durante a era maoísta, a China viveu um período de isolamento. Entretanto, para que o atraso econômico fosse superado era necessário que a China mudasse seu comportamento com os demais países para superar o atraso econômico e industrial.

Com isso, a China buscou se aproximar de diversos países com o intuito de realizar atividades comerciais além de se inserir em organizações internacionais para se tornar um agente ativo no sistema internacional. Nesse contexto, a China iria buscar realizar parcerias pautando-se nos seguintes princípios para sua política externa: contra o hegemonismo, cooperação pacífica para o desenvolvimento econômico e não interferência dos assuntos internos dos Estados (Duqing, 1990, p. 2-4).

Quanto às suas tratativas com os Estados Unidos, a China buscou no período de Deng aprofundar os laços que se iniciaram ainda na era Mao com a visita do Presidente Americano Nixon. A parceria com os Estados Unidos estava basicamente pautada na exploração americana da capacidade de produção que a China possuía com um custo muito baixo de mão de obra, e no lado chinês uma oportunidade de receber investimentos e tecnologia exteriores que iriam contribuir com o desenvolvimento da nação.

Logo que inicia o período de Deng Xiaoping em 1979, os Estados Unidos reconhecem a República Popular da China<sup>15</sup> como a única China e Taiwan pertencente a esta, onde é

---

<sup>15</sup> China Continental.

realizado o Comunicado Conjunto que normatizou a busca de uma solução da questão de Taiwan de maneira pacífica, e com isso o congresso americano em abril de 1979 aprovou o Taiwan Relations Act<sup>16</sup> (Kissinger, 2012, p. 315).

Com o intuito de reforçar laços, ainda em 1979, Deng viaja aos Estados Unidos em uma visita de uma semana, que além de ter o cunho diplomático também teria o viés comercial e o propósito de intimidar a URSS. Deng se reuniu com empresários e políticos americanos, deixou claros os planos da China de se desenvolver tecnologicamente e se industrializar, e que sua visita buscava realizar acordos que fossem realmente executados. Outra questão importante da visita foi a participação dos Estados Unidos nas ações que a China iria tomar durante a Terceira Guerra do Vietnã e o comportamento que a China esperava da URSS. Entretanto, também buscava um posicionamento norte-americano sobre o fato (Kissinger, 2012, p. 321-322).

Quanto à política externa com a URSS, em um primeiro momento Pequim não buscou uma aproximação com os soviéticos. Ademais, existiam questões que faziam a parceria entre os dois gigantes socialistas muito complexa e divergente, embora dividissem a mesma corrente ideológica. China e União Soviética por muitas vezes brigaram por questões internas do bloco dos países socialistas, e somada a esta questão existiam diversas questões fronteiriças que quase levaram os dois gigantes a um conflito propriamente dito, acarretando a ruptura diplomática das duas nações ainda na era maoísta.

Com o governo de Deng ocorreu uma aproximação gradual entre as duas nações. Durante o período de grande instabilidade na China, que culminou nos protestos na Praça da Paz Celestial, aconteceu a visita de Gorbatchov, que buscou encerrar cerca de trinta anos de divergências entre os dois países (Vissentini, 2011, p. 134). Nesse momento, a URSS já apresentava alguns traços do esgotamento da união dos países socialistas, e a aproximação com os soviéticos era um modo de equilibrar as ações americanas na balança de poder de relações da China (Mikhailova, 2013, p. 320).

As relações entre China e URSS se tornaram cada vez mais dinâmicas, todavia, no final da década de 80, a China apresentava uma economia mais próspera que a URSS, que estava em meio às reformas da Perestroika<sup>17</sup>. Os planos não lograram muito sucesso e em 1991 a URSS entra em total colapso sendo desmembrada em diversos países.

---

<sup>16</sup> A Lei de Relações com Taiwan consiste em uma lei aprovada pelo congresso americano com a finalidade de materializar as relações entre os Estados Unidos e Taiwan, sendo os principais pontos o reconhecimento não formal de Taiwan, o compromisso de assistência militar frente a uma ação chinesa, as relações econômicas e culturais de maneira geral e a visita de autoridades (Estados Unidos, 1979).

<sup>17</sup> A Perestroika foi o programa de reformas econômicas realizadas pelo governo de Gorbachev na URSS que tinham o objetivo de recuperar a economia soviética que apresentava sinais de colapso. (Rodrigues, 2006, p. 202-203). De modo a se aprofundar no assunto, cabe aqui citar a tese do Doutor Robério Paulino Rodrigues disponível

Com o fim da URSS, a China teve uma nova oportunidade com os países originados do antigo bloco socialista. Com isso, diversos acordos unilaterais foram realizados abrindo novos mercados para a China. Além disso, o desmantelamento da URSS reformulou o sistema geopolítico mundial, possibilitando à China ter maior influência política e econômica na esfera asiática (Mikhailova, 2013, p. 325-326).

Em relação aos demais países, principalmente os da América-Latina, África e Ásia, a China procurou realizar parcerias buscando a cooperação pacífica e a não interferência nas questões internas. Embora a China estivesse ramificando suas parcerias durante o início do governo de Deng, as relações com esses países se tornaram mais fortes após o movimento em Tíen-an-men, onde a forte opinião pública e governamental americana influenciou as relações entre os países do sul global com a China. Por outro lado, os chineses se expandiram para novas fronteiras, especificamente para a África, realizando construções e financiamentos nas áreas de infraestrutura (Kissinger, 2012, p. 362-363).

### **3.3 Reformas Econômicas**

Com o início do Governo de Deng Xiaoping, a China passou por um período conturbado politicamente e economicamente. Na face política, o período maoísta trouxe a unificação da China, mas essa ação foi realizada com intensa perseguição política e ideológica, e no cunho econômico, alguns projetos do Estado não lograram êxito, o que trouxe problemas de produção agrícola e, por conseguinte, escassez de alimentos.

Entretanto, o período maoísta foi responsável por realizar importantes obras de infraestrutura na China, principalmente as relacionadas à integração territorial e ao desenvolvimento do setor energético. No primeiro plano quinquenal (1953 - 1957) desenvolvido ainda no período de Mao Tsé-Tung buscou-se uma rápida e homogênea formação da indústria pesada e o desenvolvimento de produtos básicos para o crescimento chinês como a produção de aço, cimento e insumos industriais (Milaré, 2011, p. 368). Com isso, a indústria ganhou ano a ano maior participação percentual no PIB da China, saindo do patamar de 7% do PIB em 1952 para 36% em 1978 (Milaré, 2011, p. 371).

Dessa forma, no governo de Deng, as primeiras medidas econômicas foram no âmbito do desenvolvimento agrícola. O governo dissolveu as comunas, restituiu a posse das terras aos camponeses e propôs o modelo da agricultura de responsabilidade, possibilitando aos

agricultores guardar parte dos lucros da produção (Arrighi, 2008, p.366). Além disso, era facultado aos produtores escolher outros bens que não fossem cereais, o que possibilitava investir em produtos que fossem mais lucrativos e tivessem mais demanda comercial (Mendonça, 2009, p. 34).

Fato importante também a ser destacado que possibilitou o crescimento da produção agrícola neste período foi o contínuo aprimoramento e incentivo monetário para as indústrias de insumos agrícolas e o investimento na expansão das áreas irrigadas que foram iniciadas ainda na gestão de Mao, possibilitando a expansão da fronteira agrícola na China, e com isso proporcionando bases sólidas para as reformas agrícolas que o governo de Deng desenvolveu (Milaré, 2011, p. 376).

Com o aumento da riqueza na região rural, ocorreu a absorção de mais bens de consumo por esta parte da população, gerando o ciclo de mais necessidade de produção agrícola, ou seja, o desenvolvimento industrial estava impulsionando o crescimento agrícola. Outro incentivo importante ocorreu a partir das Cooperativas de Produção Industrial, empresas criadas ainda no período maoísta que tinham o objetivo de produzir insumos agrícolas, mas que foram utilizadas no novo governo para desenvolver produtos agrícolas e de bens industriais, desenvolvendo a cadeia de produção de bens de consumo (Araújo, 2018, p. 11).

Outra medida que visou aumentar a produtividade foi a reestruturação administrativa e comercial das empresas. Os cargos deveriam ser ocupados por técnicos, o que potencializava a capacidade produtiva das empresas em obter lucros. O governo também realizou uma reforma salarial que incentivava a produtividade do trabalhador através de um sistema de bônus baseado no trabalho desempenhado. A medida entrou em vigor ainda em 1978 e o sistema visava fomentar o mérito e a competência, além de reduzir as bonificações baseadas em viés ideológico (Mendonça, 2009, p. 28).

No tocante ao setor industrial, o governo de Deng Xiaoping, ao observar o grande potencial produtivo chinês, implementou o programa das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), um importante pilar para o desenvolvimento industrial da China e para seu desenvolvimento tecnológico (Jabbour, 2008, p.281).

As ZEE foram regiões selecionadas próximas ao litoral pelo governo chinês que teriam maior liberdade para produção e receberiam incentivos fiscais e financeiros do governo (Kissinger, 2012, p. 353). O sistema implementado nas ZEE foi o de *joint-ventures*<sup>18</sup>, que

---

<sup>18</sup> Segundo Wolffenbüttel, *joint-venture* é: “um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria” (Wolffenbüttel, 2006).

permitiu que empresas chinesas e estrangeiras se juntassem para realizar um intercâmbio tecnológico para que as indústrias instaladas nas ZEE tivessem capacidade tecnológica necessária para produzir todos os estágios do produto (Mendonça, 2009, p. 28).

Essa medida foi muito importante para a China por ter recebido grande capacidade tecnológica de outras nações. Em contrapartida, o governo fornecia benefícios fiscais especiais e regulamentação flexível para a instalação de tais indústrias, e, sendo assim, as ZEE eram responsáveis por produzir novas tecnologias e focar na exportação de bens (Fairbank, 2008, p. 378).

Cabe ressaltar também que no contexto da Guerra Fria a China buscava obter vantagens com o alinhamento parcial com a URSS e realizando acordos com os Estados Unidos. Nessa linha política, em 1972, durante a visita do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon<sup>19</sup>, foi assinado o Comunicado de Xangai, um acordo diplomático que, dentre vários pontos abordados, dava acesso à China ao mercado norte-americano e o acesso a créditos no mercado internacional. Assim, o comunicado possibilitou a aquisição de muitos equipamentos e a construção de uma infraestrutura industrial que atendesse as demandas internacionais (Araújo, 2018, p. 12).

Ainda no tocante às ZEE, não somente a iniciativa privada desenvolveu as ZEE, o Estado chinês dispendeu parte do orçamento estatal para desenvolver tais regiões embora recebesse investimentos externos. O Estado chinês também atuou na qualificação da mão de obra, no desenvolvimento de infraestruturas energéticas e em obras nos eixos de transporte que davam acesso às matérias-primas e na infraestrutura de exportação.

Cabe destacar nesse momento que, embora o processo das reformas econômicas tenha se tornado dinâmico, a abertura da economia chinesa para o capital estrangeiro não foi realizada de forma descontrolada. O governo estava presente no controle das transações de modo que elas fossem alinhadas aos objetivos do Estado. Dessa forma, como Arrighi menciona, existia uma “mão invisível” que controlava o desenvolvimento (Arrighi, 2008, p. 362).

Surge então na China um sistema misto entre o capital privado que dependia de decisões estatais. O Estado, ao mesmo tempo que impulsionava a produção de bens, também regulava e ajustava as decisões privadas. Nasce uma nova dinâmica entre empresas estrangeiras que se alocavam na China em busca de custos menores para produção que iriam coexistir com

---

<sup>19</sup> A visita do Presidente Richard Nixon visava a aproximação dos Estados Unidos com uma melhora nas relações diplomáticas, as relações econômicas e comerciais. A visita também tinha a finalidade de pressionar a URSS com o estreitamento dos laços entre americanos e chineses. Cabe destacar também que durante a visita de Nixon os EUA e a China estavam direta e indiretamente envolvidos na Guerra do Vietnã e Nixon buscava uma solução diplomática para o fim do conflito e uma resposta a opinião pública americana (Kissinger, 2008, p. 230-236).

empresas estatais que capitavam tecnologia estrangeira, contando também com certo controle político-econômico realizado pelo Estado chinês (Pinto, 2000, p. 19).

Com o sucesso das ZEE, um novo tipo de região foi desenvolvido na China, as Zonas de Desenvolvimento Econômico Tecnológico (ZDET). Essas regiões receberam uma legislação tributária em prol do incentivo ao investimento externo em produtos de maior valor agregado, para trazer para a China indústrias e expertise para o desenvolvimento tecnológico nacional.

Dessa forma, a China se tornou um grande polo para a produção industrial. A China agregou diversas vantagens para as empresas, sendo a principal delas a reduzida carga tributária para a produção de bens atrelada a uma infraestrutura de produção capacitada de baixo custo, que se tornou muito vantajosa em relação a outras regiões do globo.

Com um conjunto de vantagens atrativas para as empresas estrangeiras, a China recebe grande montante de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), passando por quatro fases de alocação desse tipo de capital, que embora privado era direcionado aos setores de interesse do Estado.

Na primeira fase entre 1979 e 1986, os investimentos foram direcionados para prospecção geológica, na indústria manufatureira, especificamente a têxtil, e no setor imobiliário. Na segunda fase, a partir de 1986, direcionados para a indústria de transformação, principalmente as voltadas para a exportação e de tecnologia. Na terceira e quarta fase, a partir de 1990, na indústria capital-intensiva (Acioly, 2005, p. 25-26).

Com o intuito de incentivar a economia, o Estado chinês também desenvolveu um processo de desvalorização cambial. Dada a centralização da taxa de câmbio realizada pelo governo, a desvalorização da moeda visava dar melhores condições para as empresas nacionais e internacionais que estavam presentes no processo de industrialização chinês. O câmbio era dividido em duas esferas, sendo um o oficial e o outro aplicado para as empresas instaladas nas ZEE. No período de 1980 a 1994, o processo de desvalorização foi ascendente, e a partir de 1994 o câmbio se manteve em um índice estável, mas ainda desvalorizado (Araújo, 2018, p. 17).

Sendo assim, com intenso investimento estrangeiro e uma política econômica com forte incentivo ao desenvolvimento da indústria nacional, a China, outrora um país atrasado e com o desenvolvimento no patamar da Primeira Revolução Industrial, realiza um salto tecnológico em poucos anos para o patamar tecnológico da Terceira Revolução Industrial. Entretanto, os desafios políticos, econômicos e sociais ainda eram hercúleos.

Embora a China estivesse prosperando no seu desenvolvimento econômico, era interesse do governo chinês ter maior contribuição e influência no cenário internacional. Em

1980, visando obter maior participação internacional e investimentos, a China ingressou no Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1986, solicitou o seu retorno ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), anterior a Organização Mundial do Comercio (OMC) que surge em 1994. Entretanto, seu acesso foi negado devido a divergências entre as políticas aplicadas pela China e as regras da instituição (Acioly, 2005, p. 26).

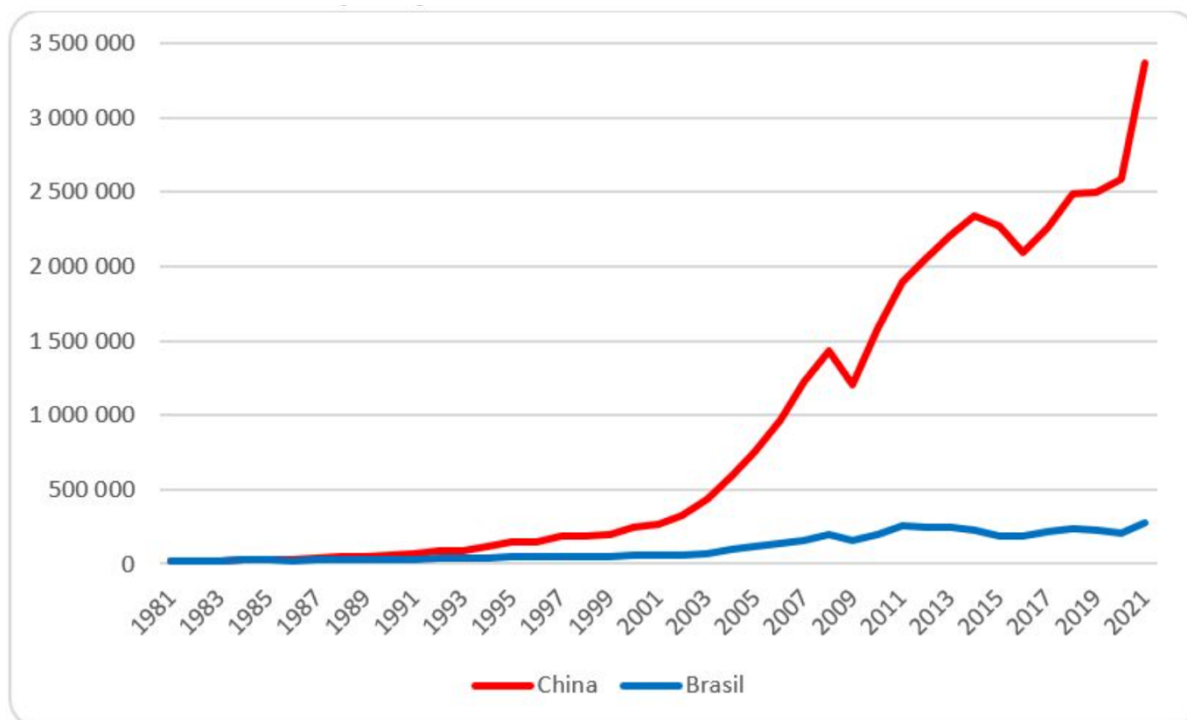
A entrada da China na OMC era vantajosa para a organização visto que o acesso com maiores regulamentações na economia chinesa traria benefícios ao bloco de um país que apresentava significativo desenvolvimento. A entrada na OMC formalizaria muitos procedimentos que trariam maior confiança para transações com o China. Entretanto, um longo processo de negociação foi realizado de forma a materializar os acordos, metas e taxas que Pequim teria que implementar, também era necessário que estes pleitos estivessem alinhados com as vantagens que o Estado chinês buscava em acessar a organização.

Durante mais de uma década a China buscou organizar a sua política de comércio exterior com as regras do GATT e com a OMC. Os principais pontos que dificultavam a adesão da China como membro permanente eram a falta de transparência das tarifas, barreiras não tarifárias e o não respeito à propriedade intelectual. Para solucionar tais entraves a China assumiu uma série de compromissos para se integrar ao comércio mundial, como a revisão de suas Leis de Patentes, por exemplo. (Araújo, 2018, p.17-18).

Dessa forma, após realizar profundas mudanças para se alinhar às normas da OMC, simplificar as burocracias das transações comerciais, rever políticas de respeito aos direitos autorais e a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias que protegiam o mercado interno, a China ingressa na OMC em 2001. A adesão a OMC trouxe mudanças significativas no comércio internacional e, principalmente, grandes vantagens econômicas para a China (Lyrio, 2010, p. 50), como pode ser observado no Gráfico 1 o crescimento das exportações da China após o ano de 2001, gráfico com escala em milhares de dólares e baseado em dados da OMC.



Gráfico 1: Exportações mundiais Brasil e China



Fonte: Alves, 2022

Em outra perspectiva, paralela à entrada na OMC, a China estava desde o fim da era maoísta estreitando gradualmente seus laços com os países do Sul global, processo que foi sendo intensificado na gestão de Deng e ganhou ainda maior destaque após os fatos ocorridos na Praça da Paz Celestial. Ocorreu uma forte repercussão da imprensa e dos governos do norte global sobre as ações do Estado chinês em Tiananmen, o que acabou trazendo algumas fricções políticas, econômicas e embargos contra a China (Kissinger, 2012, p. 362-363), com essa atitude, principalmente dos Estados Unidos, a China voltou seus olhos para reforçar seus laços com países do Sul Global.

Assim, a China reforçou, a partir do final da década de 80, a parceria com Estados da África, Ásia e América-latina, pautando parcerias econômicas sem a interferência nas questões internas. Pequim desenvolveu acordos que possibilitaram o acesso de novos mercados consumidores para os produtos chineses ao passo que realizava investimentos em infraestrutura desses países através de acordos comerciais. Os acordos beneficiariam os países onde a China investia seu capital, mas sobretudo, possibilitou o acesso de matérias-primas necessárias para o crescimento chinês advindas dessas regiões.

### 3.4 Reformas Militares

No final da era maoísta, as Forças Armadas chinesas não condiziam com a grandiosidade e aspiração da nação que representavam. Na década de 60, soviéticos e chineses entram no período de maior divergência político-ideológico, e com isso, a URSS, o principal parceiro militar da China, deixa de fornecer equipamentos militares, o que leva as forças armadas a entrarem em um período de declínio tecnológico que só foi retomado com a chegada de Deng Xiaoping (Dornelles, 2008, p. 30).

Embora tecnologicamente atrasadas, as Forças Armadas chinesas, nomeadas como Exército de Libertação Popular (ELP)<sup>20</sup>, já tinham sido testadas em combate durante a era maoísta, tanto internamente quanto participando direta e indiretamente na Guerra da Coreia e na Guerra do Vietnã. Destaca-se também, que a China desde 1960 possuía tecnologia para a construção de armas nucleares, o que a tornava, mesmo defasada, tecnologicamente uma nação forte.

No período de Mao, a doutrina militar vigente para as forças era da “Guerra do Povo”, após uma invasão estrangeira o esforço militar seria realizado com uma guerra de atrito no interior do país com a mobilização da população civil em forma de milícias e apoiadas por contingente militar especializado, prezando, dessa forma, pela utilização do princípio da massa para a realização dos combates (Dornelles, 2008, p. 30).

Cabe ressaltar, que o ELP e o PCC estão intimamente ligados desde o período da revolução comunista, e apresentam fortes laços de suas lideranças. Porém, é clara a subordinação das forças militares ao PCC. Muitas vezes também pode ser observado que as lideranças das duas instituições se confundiam em alguns níveis de hierarquia, com militares e políticos ocupando cargos no ELP ou no PCC (Vieira, 2018, p. 4-5).

Retomando a evolução do ELP, antes de Deng Xiaoping ocupar os cargos de cúpula do PCC ele já visualizava e trabalhava em prol dos investimentos das forças militares. Porém, somente quando assumiu os cargos na liderança do partido que tais ações foram tomadas com maior destaque. (Vieira, 2018, p. 4; Dornelles, 2008, p. 30).

Presentes nas quatro reformas de Deng<sup>21</sup>, o grande esforço na modernização do ELP somente pôde ser implementado no final da década de 1980, quando as condições econômicas e tecnológicas da China se tornaram melhores para implementar maiores investimentos no setor

---

<sup>20</sup> O Exército de Libertação do Povo é composto pela Força Terrestre, Marinha, Força Aérea e pela Força de Mísseis Estratégicos. (Blasko, 2005, p. 68).

<sup>21</sup> Agricultura, Indústria, Defesa e Ciência e tecnologia.

(Dornelles, 2008, p. 30). Quanto à doutrina, a teoria da “Guerra do Povo”, ela foi revista e atualizada pela teoria da “Guerra Local”, onde Pequim observava que os conflitos deixariam de ser entre grandes potências com um choque direto e seriam canalizados em embates locais, limitados e rápidos (Dornelles, 2008, p. 30).

Dando continuidade à política de modernização do ELP, Jiang Zemin, logo após substituir Deng, realizou um incremento significativo nos investimentos em defesa como uma forma de fortalecer sua liderança frente ao ELP e ao PCC, incentivo de grande monta como analisa Dornelles: “o orçamento de defesa chinês cresceu a uma taxa média de 15,97% ao ano, isso significa que a cada cinco anos ele dobra de tamanho” (Dornelles, 2008, p. 31), ainda segundo Dornelles esse gasto possa ser ainda três vezes maior que os dados divulgados oficialmente.

Outro fato que contribuiu significativamente para impulsionar o aparelhamento do ELP foi a retomada de parcerias militares com a URSS e com a Rússia como fim da URSS em 1991. A URSS e, posteriormente, a Rússia, foram as principais fornecedoras de equipamento militar no final do século XX. Cabe destacar também que em 1991 ocorreu a Guerra do Iraque, que mostrou a grande capacidade militar e tecnológica que os Estados Unidos e seus aliados possuíam. Com isso, o ELP analisou a conjuntura e adotou uma nova doutrina pautada na “Guerra Local sob Condições de Alta Tecnologia” (Dornelles, 2008, p. 31).

Nesse momento, a China ainda não possuía capacidade industrial e tecnológica para respaldar sua nova doutrina e, de modo a mitigar esse problema, realizava aquisições militares quase que exclusivamente da Rússia. Nesse momento, os Estados Unidos e a União Europeia implementavam embargos de acesso a equipamento militar para a China desde os fatos ocorridos na Praça de Tiananmen (Dornelles, 2008, p. 31).

Ao adquirir novos equipamentos, o ELP tinha um objetivo além do uso militar: os equipamentos recebidos eram cuidadosamente analisados de modo a extrair conhecimentos para serem implementados na indústria militar chinesa como cita Bertonha, um fato referente à aquisição de porta aviões da Rússia e da Austrália pelo ELP: “os chineses estão fazendo experiências com porta-aviões, tendo adquirido um antigo da Austrália e três da antiga União Soviética. Foram todos ou desmontados ou transformados em atração turística, mas, antes, os chineses os estudaram com cuidado”. (Bertonha, 2008, p. 3)

Cabe ressaltar que o processo de engenharia reversa realizado pela China não se limitou a área militar, mas foi um mecanismo utilizado pelas companhias chinesas durante o processo de industrialização de modo a alavancar a produção industrial e fornecer produtos similares de

menor custo no mercado internacional, processo que se realizou desrespeitando a propriedade intelectual de diversos produtos. (Milaré; Diegues, 2015, p.84)

Com nova doutrina implementada, o ELP, a partir de 1995, deu maior celeridade às mudanças em sua estrutura, revendo, ainda, suas capacidades e uma considerável redução do contingente militar. Dessa forma, as forças chinesas são gradualmente remodeladas e treinadas, com destaque para as operações conjuntas, e ocorre nesse momento também uma reestruturação no sistema educacional militar e uma remodelagem do sistema logístico militar. (Blasko, 2005, p. 69).

Paralelo ao processo de reestruturação militar dos anos 90 ocorreu mais uma crise no estreito de Taiwan em 1995 e 1996<sup>22</sup> com a intervenção direta dos Estados Unidos com o envio de dois porta-aviões para a região. Dessa forma, ficou ainda mais clara a necessidade de Pequim em modernizar suas forças militares para se contrapor as ações dos Estados Unidos em apoio a Taiwan que foram materializadas em 1978 com o *Taiwan Relations Act*.

### **3.5 Um segundo antes do novo milênio**

Como visto, após a morte de Mao Tsé-Tung a China passou por um curto período de instabilidade que logo veio a ser suprimido com a entrada de Deng Xiaoping que pautou seu governo em desenvolver a China com enfoque para as quatro reformas: agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia.

Os desafios da China após a era maoísta eram hercúleos, mas com a liderança de Deng, a nação chinesa conseguiu gradualmente romper o atraso econômico e tecnológico em que a China se encontrava. As reformas de cunho econômico possibilitaram à agricultura e à indústria chinesa prosperarem significativamente em duas décadas, moldando o país que, outrora basicamente agrário e atrasado, se tornou, no final do século XX, um dos principais polos de produção industrial do mundo.

Por conseguinte, para que a China pudesse prosperar foi necessário que Deng mantivesse uma política interna forte e centralizadora para manter a sociedade chinesa unida frente ao vertiginoso processo de reformas. Deng também exerceu uma política externa que reaproximaria a China do mundo se utilizando da rivalidade entre as duas potências da Guerra

---

<sup>22</sup> A Crise de 1995-1996 consiste na realização de exercícios militares pelo ELP nas proximidades de Taiwan em resposta a visita do presidente de Taiwan aos Estados Unidos. Em resposta aos exercícios chineses os Estados Unidos enviaram dois porta-aviões para a região de Taiwan reafirmando o compromisso de proteção a ilha e dessa forma sinalizando para a China que os Estados Unidos dariam uma resposta militar a uma ação chinesa sob a ilha. (Dornelles, 2008, p. 33).

Fria e, assim, conseguir retirar o que seria de mais benéfico para a China ao passo que estreitava os laços com as demais nações com uma política baseada no não intervencionismo.

Cabe ressaltar que o modelo de cooperação internacional chinês se baseia na não-interferência em questões políticas internas dos países, sendo uma nova abordagem realizada por uma potência, ao passo que o modelo europeu e americano ainda se baseiam em um processo de intervenção político e militar (Souza, 2018, p. 162). Ainda que inovador neste aspecto, o modelo chinês, assim como os outros, apresenta mecanismos para regular e privilegiar sua cooperação.

Com o progresso econômico e político chinês, era necessário também que a China pudesse garantir seus interesses não somente pela esfera diplomática. A China observou durante a Guerra Fria diversos conflitos emergindo dentro e fora do seu entorno estratégico, e visualizou que para que seus interesses fossem respeitados também seria necessária uma profunda reforma nas forças armadas. As reformas militares somente foram possíveis nos últimos anos do século XX dadas as dificuldades econômicas, políticas e industriais em que se encontrava. Não obstante, o setor militar recebeu crescentes investimentos para suprimir o atraso frente às demais forças do globo.

A China entra no novo milênio como um país que em duas décadas sai de uma realidade basicamente agrária para um dos países com maior participação na produção industrial do planeta, que com seu vertiginoso desenvolvimento econômico realizou reformas políticas internas e externas, criou alianças e esteve atenta aos investimentos em defesa, mesmo que tardios, e nessa conjuntura a República Popular da China entra no século XXI para se firmar como um dos principais players do sistema internacional.

## 4. A CHINA NO SÉCULO XXI

Este capítulo abordará como a China se tornou um dos principais polos industriais do mundo para os produtos de alto valor agregado, e, por conseguinte, como o projeto da Nova Rota da Seda está integrando a China com o mundo. No tocante à política externa, serão abordadas as questões geopolíticas em seu entorno estratégico, as tensões no mar do Sul da China e a questão de Taiwan. Ademais, na política interna, serão abordados os principais desafios internos para manter a China coesa.

### 4.1 A China como Parque Industrial do Mundo

Como foi observado no capítulo anterior, o embrião industrial ocorreu na era maoísta e foi desenvolvido e aperfeiçoado durante as reformas do governo de Deng Xiaoping, contribuindo para que a China desenvolvesse grande capacidade industrial no início do século XXI. A industrialização se desenvolveu pela indústria de base e de insumos agrícolas, posterior a um período de produção de bens de baixo valor agregado e, com a entrada no novo milênio, desenvolveu produtos de alto valor agregado a partir do desenvolvimento de tecnologia nacional.

Com as reformas econômicas dos anos 80 e 90, a grande quantidade de mão de obra disponível de baixo custo, os fomentos realizados pelo Estado como as ZEE, incentivos fiscais e a desvalorização cambial, foi viabilizado um conjunto de incentivos para empresas de todo o globo se instalarem na China com o objetivo de minimizar seus custos de produção, além de terem acesso a um grande mercado consumidor<sup>23</sup>.

Entretanto, a China também desenvolveu sua capacidade industrial e tecnológica, processo que, muitas vezes, não respeitou leis de patentes, realizando processos de engenharia reversa e reprodução não autorizada de bens industriais. No entanto, não somente desse processo ocorreu o desenvolvimento industrial: muitas indústrias desenvolveram suas tecnologias e grande quantidade de patentes foram desenvolvidas a partir do investimento estatal em educação e desenvolvimento tecnológico. (Souza, 2018, p. 153)

Cabe ressaltar que um dos fatores do processo de industrialização chinês foi o investimento direto realizado pelo Estado ou pelo direcionamento e controle estatal do capital

---

<sup>23</sup>O Ministério da Indústria Eletrônica e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia guiaram os esforços na condução de projetos para o desenvolvimento tecnológico industrial através de programas do Estado. (Masiero; Coelho, 2014, p. 150)

estrangeiro para setores-chave, de modo a dar maior celeridade e eficiência ao processo de industrialização (Araújo; Brandão; Diegues, 2019, p. 22). Masiero e Coelho (2014) mencionam que os números do crescimento chinês se devem à “existência de um planejamento industrial específico, formulado, orientado e liderado pelo Estado no âmbito de uma estratégia nacional de desenvolvimento do país”. (Masiero; Coelho, 2014, p. 144)

Dessa forma, a partir de 2001, com as bases sedimentadas para o desenvolvimento industrial de maior valor agregado, a política industrial foi norteadada por dois planos quinquenais, de 2001-2005 e 2006-2010, respectivamente Décimo e Décimo Primeiro Planos. Sobre a indústria, os planos trataram sobre os estímulos, os ajustes para ampliação dos recursos e usos de novas tecnologias. Sobre o comércio, os planos pontuaram sobre as reorientações dado o ingresso na OMC (Masiero; Coelho, 2014, p. 147).

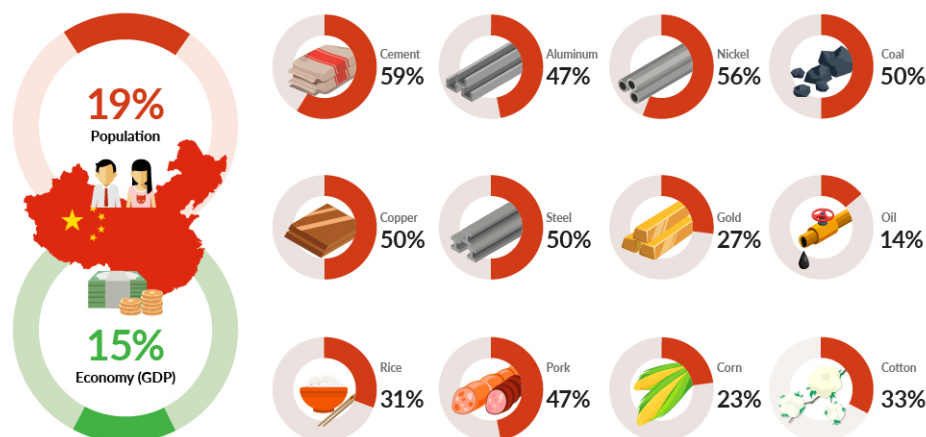
Outras mudanças ocorreram nas empresas chinesas conforme a evolução dos planos. Quanto à propriedade empresarial, antes dos planos, 32% das empresas domésticas chinesas eram totalmente controladas pelo Estado. Entretanto, no ano de 2009, apenas existiam 3% dessas empresas. Quanto às características das empresas, grande enfoque ocorreu nas indústrias de metalmeccânico, químico e eletroeletrônico, indústrias que são o alicerce para o desenvolvimento dos setores de maior valor agregado (Masiero; Coelho, 2014, p. 148-149).

Com a expansão de sua indústria, aos poucos a China acaba se tornando uma grande importadora de matérias-primas para manter a impulsão do seu crescimento industrial, como pode ser observado na Figura 1 com dados consolidados nos anos de 2016 a 2018, e para que isso ocorra, a China volta seus olhos para os países da África e América Latina, a fim de realizar parcerias comerciais e ter acesso a um vasto e abundante mercado de *commodities*.

Nesse contexto, a China é analisada em um papel dubio: primeiramente, a China é vista como uma nova alternativa ao modelo comercial empregado pelos países do Norte Global, realizando parcerias sem uma contrapartida intervencionista ou condicionada a mudanças político-econômicas, como, por exemplo, a realização de reformas políticas internas ou a imposição de acordos a partir de empréstimos com organizações financeiras internacionais. Em uma segunda ótica, a China é vista como um país colonizador que busca o acesso de *commodities* a baixo custo explorando as mazelas econômicas em que os países se encontram (Hung, 2018, p. 8-9).

Figura 1: Demanda de *commodities* da China**CHINA'S STAGGERING DEMAND FOR COMMODITIES**

Half or more of all steel, copper, coal, nickel, and cement goes there



Fonte: Desjardins, 2018

Independente da abordagem do modelo chinês, é de suma importância para China a parceria com esses mercados para manter a impulsão da indústria. Dessa forma, a China se tornou o mais importante consumidor do mercado de *commodities*, impulsionando mercados como o da soja no Brasil e o de minério no Chile, no Sudão e na Zâmbia (Hung, 2018, p. 10).

Entretanto, muitos desses países, principalmente na África, não conseguem desenvolver uma infraestrutura nacional e acabam se tornando dependentes da China para realizar o processo de extração, transporte ou desenvolvimento do setor, recebendo, então, empresas chinesas para preencher tal lacuna, fato que não se torna vantajoso para o país<sup>24</sup>.

Com o crescimento da sua economia, no início dos anos 2000, após um longo período de negociação e readequações, a China é aceita na OMC e acaba acessando maior participação no sistema econômico mundial. A China busca, segundo Kissinger (2012): “um ambiente internacional pacífico [...] e acesso a matérias-primas para assegurar um crescimento econômico contínuo” (Kissinger, 2012, p. 429), ou seja, a China continua aperfeiçoando seu processo de desenvolvimento sem criar fricções graves ao sistema internacional.

Com a entrada na OMC um vertiginoso crescimento foi observado na China, como podemos depreender da análise feita por Araújo, Brandão e Diegues (2018):

Da entrada da China na OMC e das flexibilizações das barreiras comerciais permitiram ao país um grande aumento do valor exportado e da corrente de comércio, que apresentaram queda apenas em 2008 com a crise financeira mundial. Entre 2001 e 2008 a média de crescimento da corrente de comércio chinesa foi de 18,73% apresentando menor crescimento nos anos de 2012, 2013 e 2014 (em torno de 7,3%)

<sup>24</sup> Como citado por Hung o caso da Zâmbia, que através de um governo corrupto realizou mudanças nas condições trabalhistas para maximizar os lucros no curto prazo (Hung, 2018, p. 12).



que foi acompanhado pelas menores taxas de crescimento das exportações e nas importações, sendo que estas cresceram ainda menos que as exportações. A média de crescimento das exportações no período foi de 19,12% e das importações, 18,34% (Araújo; Brandão, Diegues, 2018, p. 19).

Ainda na análise de Araújo, Brandão e Diegues observamos que a China exportou 266 bilhões de dólares em 2001, ano da entrada na OMC, e, em 2014, o valor chega ao patamar de 2.342 bilhões de dólares. Além disso, a partir de 2001, ocorreu o movimento na indústria chinesa no tocante à produção de mais produtos no ramo de tecnológica, principalmente a indústria diferenciada<sup>25</sup> (Araújo; Brandão; Diegues, 2019, p. 19).

Em 2007 e 2008, o mundo Ocidental sofreu com o colapso financeiro americano, principalmente, os países latinos e europeus (Kissinger, 2012, p. 438), entretanto, enquanto os EUA sofriam com a crise econômica, o mercado chinês se sobressaía à crise financeira apresentando sólidos números de crescimento.

Em meio à crise econômica, Pequim recebeu os Jogos Olímpicos, mostrando ao mundo mais que uma performance esportiva e organizacional da China sob os holofotes, mas também uma oportunidade para a China mostrar em que patamar sistêmico o país se encontrava.

Entretanto, após os Jogos Olímpicos, o modelo de ascensão pacífico da China começou a ser revisto, como pode ser observado na análise de Kissinger da obra de Liu:

Liu rejeita o conceito de uma “ascensão pacífica”, argumentando que a China não pode se apoiar unicamente em suas virtudes tradicionais de harmonia para assegurar a nova ordem internacional. Devido à natureza competitiva e amoral da política das grandes potências, escreve ele, a ascensão da China — e um mundo pacífico — pode ser preservada apenas se a China cultivar um “espírito marcial” e reunir força militar suficiente para dissuadir ou, se necessário, derrotar seus adversários. Logo, postula, a China precisa de uma “ascensão militar” conjunta com sua “ascensão econômica”. O país precisa estar preparado, militar e psicologicamente, para lutar e prevalecer em uma briga pela proeminência estratégica (Kissinger, 2012, p. 443).

Dada a questão acima citada, em 2010, o conselheiro de Estado Dai Bingguo publicou o artigo “Persistindo em tomar o caminho do desenvolvimento pacífico”, no qual reafirmou o papel pacífico do desenvolvimento chinês, que teria tido o objetivo de proporcionar uma vida melhor ao povo e que não se buscava a guerra ou a vingança (Kissinger, 2012, p. 446). Entretanto, como veremos à frente, esse processo se tornou complexo quando analisamos as questões do Mar do Sul da China.

Paralela à ascensão econômica chinesa, uma nova problemática se instalou no sistema internacional. A China, pautada na sua corrente contra a hegemonia e buscando potencializar

---

<sup>25</sup> Máquinas, reatores nucleares, caldeiras e equipamento elétrico e eletrônico. (Araújo; Brandão; Diegues, 2019, p.19)

seus lucros, realizou parcerias econômicas bilaterais com diversos países, de modo que essas negociações fossem realizadas entre as moedas interiores ao acordo e não transacionadas em dólar, tornando, assim, o Yuan uma moeda de crescente valor perante as demais, e, numa contrapartida ao dólar, enfraquecendo a moeda americana, afluindo uma nova disputa entre as duas grandes nações (Kissinger, 2012, p. 432). No entanto, é importante ressaltar que, dentro da política econômica chinesa, com base no ano de 2014, a China possuiu quase oito vezes mais dólares em sua reserva do que os Estados Unidos (Araújo; Brandão; Diegues, 2019, p. 19).

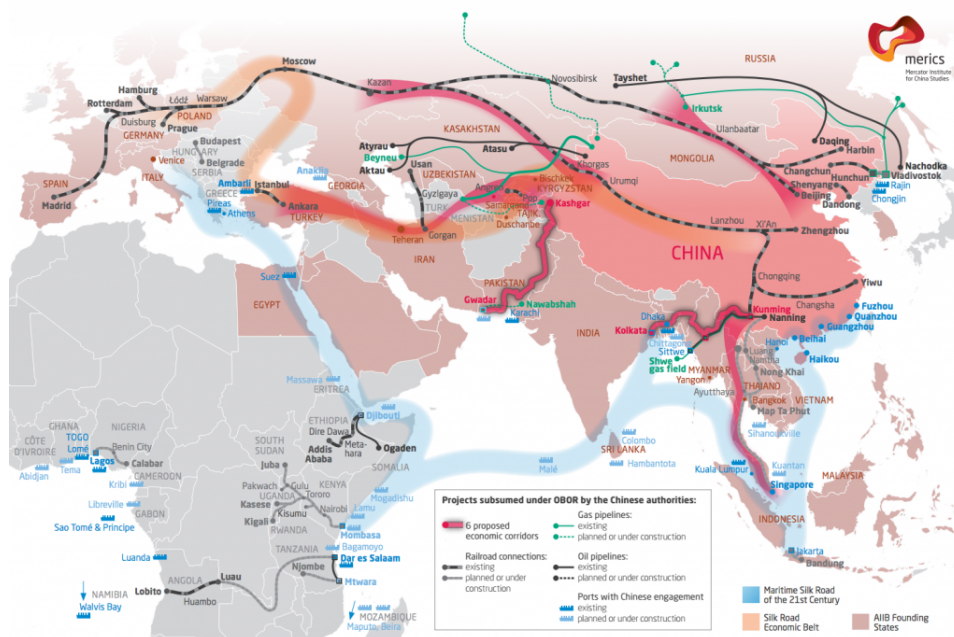
Dessa forma, com elevados índices de crescimento econômico e diversas parcerias comerciais ocorrendo pelo globo, uma crescente demanda de insumos para manter elevados índices de produção industrial e o consumo da população, a China capitaneada por Xi Jinping, apresentou um projeto de integração em nível mundial – o projeto da Nova Rota da Seda.

#### **4.2 A Nova Rota da Seda**

Como abordado no item anterior, os projetos desenvolvimentistas da China proporcionaram parcerias com diversas regiões do globo em prol da maximização dessas ligações. O governo de XI Jinping, no ano de 2013, apresentou uma nova concepção do desenvolvimento comercial chinês de longo prazo, o projeto *Belt and Road Initiative* (BRI), em português referenciado como a “Nova Rota da Seda”, que objetivou a integração econômica e de infraestruturas da China com os seus parceiros (Lopes; Carletti; Correia, 2019, p. 218), como pode ser observado na Figura 2 a vasta rede de conexões do BRI.

O BRI retomou as ideias da antiga rota comercial que funcionava desde a dinastia Han, 130 a.C. até o ano de 1453 quando o Império Otomano fechou a rota. O termo foi cunhado pelo geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen em 1877, e fazia referência ao comércio entre o Oriente e o Ocidente (Salvagni *et al.*, 2022, p. 680)

Figura 2: Nova Rota da Seda



Fonte: Van Der Putten, 2016

O projeto do BRI foi dividido em dois componentes, o componente terrestre, *Silk Economic Road*, e um componente marítimo, *Maritime Silk Road*, que consistia em uma rota marítima que ligava os portos chineses aos países da costa africana e aos países europeus através do Oceano Índico, Canal de Suez até o Mediterrâneo (State Council of the Republic of China, 2015).

Dessa forma, a Nova Rota da Seda baseou-se nos teóricos geopolíticos Alfred Mahan<sup>26</sup> e Halford John Mackinder<sup>27</sup>, nas concepções do Poder Marítimo e do Poder Naval. Mahan defendia a ideia de uma Marinha de Guerra forte que defenderia a Marinha Mercante e os interesses comerciais da nação, e que defendia, ainda, o posicionamento de bases de apoio ao longo de regiões costeiras e estratégicas. Tal ideia é observada no projeto do BRI em seu componente marítimo, em que os trechos oceânicos estão apoiados em portos situados em locais estratégicos, de modo que fiquem fora de pressão naval de outras potências (Salvagni *et al.*, 2022, p. 681), concepção que vai de encontro à questão de Taiwan que pode interferir diretamente nas rotas marítimas chinesas – problema que discutiremos posteriormente.

<sup>26</sup> Alfred Mahan (1840-1914) foi um oficial da marinha dos Estados Unidos e estrategista naval que desenvolveu a Teoria do Poder Marítimo em sua obra *The Influence of Sea Power upon History*. Mahan argumenta sobre a importância de potências possuírem Marinhas fortes para controlar as rotas marítimas comerciais, possuírem bases navais, o controle de estreitos.

<sup>27</sup> Halford John Mackinder (1861-1947) foi um geógrafo e estrategista britânico que em seu ensaio *The Geographical Pivot of History* apresentava a teoria de que a nação que controlasse a Eurásia teria a capacidade de ter influência mundial.

Por conseguinte, na ótica da teoria de Mackinder, o controle do *heartland*<sup>28</sup> proporcionaria a capacidade de projetar poder sobre o mundo, devido a tal território dar acesso a todas as direções do globo e ser de fácil acesso ao mar, podendo ser conectado por grandes ferrovias que ligariam os extremos. Mackinder também destaca a importância dos recursos naturais presentes no *heartland* que proporcionariam o desenvolvimento da nação que o possuísse. Na mesma concepção de Mackinder, a China busca com o BRI interligar o litoral Europeu com o chinês cruzando o interior do *heartland* e proporcionando significativa influência sobre esse território (Salvagni *et al.*, 2022, p. 681; Lopes; Carletti; Correia, 2019, p. 220).

Dessa forma, o governo chinês no BRI visou integrar os parceiros comerciais da China com o intuito de somar esforços em prol do desenvolvimento econômico em comum, como pode ser observado no plano divulgado por Pequim:

A Iniciativa do Cinturão e Rota é um projeto sistemático, que deve ser construído em conjunto por meio de consultas para atender aos interesses de todos, e esforços devem ser feitos para integrar as estratégias de desenvolvimento dos países ao longo do Cinturão e Rota. O governo chinês elaborou e publicou a Visão e as Ações para a Construção Conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI para promover a implementação da Iniciativa, instilar vigor e vitalidade na antiga Rota da Seda, conectar países asiáticos, europeus e africanos mais estreitamente e promover a cooperação mutuamente benéfica para um novo patamar e em novas formas (State Council of the Republic of China, 2015, tradução nossa<sup>29</sup>).

Entretanto, tal projeto visa obter vantagens comerciais para a China ao consolidar uma ampla rede de transportes e infraestruturas dos países fornecedores de matérias-primas e países consumidores de produtos chineses, principalmente os de alto valor agregado.

O projeto visa, além de uma parceria econômica, integrar a China com diversos países pertencentes ao BRI, empregando um esforço político e diplomático com o intuito de realizar parcerias de modo a consolidar o projeto que canalizará considerável montante de recursos da China para sua implementação (Lopes; Carletti; Correia, 2019, p. 220).

Com o BRI, a China também busca trazer maior relevância para sua moeda no sistema internacional, e, dessa forma, as transações e investimentos são realizados em Renminbi. Com essa ação a China visa diminuir a dependência do dólar, o que também pode se tornar uma

---

<sup>28</sup> Território que compreende a porção central da Eurásia.

<sup>29</sup> Texto Original: “*The Belt and Road Initiative is a systematic project, which should be jointly built through consultation to meet the interests of all, and efforts should be made to integrate the development strategies of the countries along the Belt and Road. The Chinese government has drafted and published the Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road to promote the implementation of the Initiative, instill vigor and vitality into the ancient Silk Road, connect Asian, European and African countries more closely and promote mutually beneficial cooperation to a new high and in new forms.*” (State Council of the Republic of China, 2015)

alternativa para os seus parceiros. Além disso, um outro objetivo é que, ao utilizar o Renminbi, ele possa se tornar uma moeda de reserva para os bancos centrais de mais países (Salvagni *et al.*, 2022, p. 685).

Entretanto, para que Pequim consiga implementar o projeto do BRI existem questões no entorno estratégico da China, particularmente na região oceânica, que necessitam de atenção do Estado para que os projetos de infraestrutura e integração logrem êxito sem levar a China a um processo de fricção territorial com seus vizinhos e aliado. Com isso, será abordada a seguir a questão do Mar do Sul da China e a questão de Taiwan e como essas disputas territoriais podem influenciar nos projetos chineses.

### **4.3 O entorno estratégico chinês: Mar do Sul da China e Taiwan**

Os termos “ascensão pacífica” e “desenvolvimento pacífico” cunhados durante o processo de ascensão da China começaram a ser utilizados em documentos oficiais a partir do governo de Hu Jintao. Esses termos buscaram expor uma ideia do governo chinês que pretendiam mostrar que, embora apresentasse substancial crescimento econômico e militar, a China não queria ser vista como uma ameaça para os outros países, principalmente para os seus vizinhos e as grandes potências (Marquet, 2020, p. 47).

Entretanto, em vias de consolidar o poder em seu entorno estratégico, a China foi empregando esforços militares e políticos sobre regiões do Mar do Sul da China (MSC) indo de encontro ao discurso de ascensão pacífica. Nesse contexto, Pequim reivindicava, perante os órgãos internacionais, a posse de parte do Mar do Sul da China que oficialmente são águas jurisdicionais de outros países, além disso, a região limite do Mar Sul da China, a Ilha de Taiwan apresentava um processo separatista e é objetivo do Estado chinês não possibilitar esse movimento e, assim, retomar o controle de ilha.

Para entendermos como o Mar do Sul da China é importante para o desenvolvimento chinês, a região está diretamente ligada ao plano do BRI, visto que em seu competente marítimo todas as rotas comerciais do *Maritime Silk Road* convergem para o Mar do Sul. O MSC Possui 3.8 milhões de km<sup>2</sup> com acesso a dois grandes oceanos, o Índico e o Pacífico, e ainda é área de influência limitada por sete países: Brunei, China, Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Vietnã. Com suas regiões de maior importância geográfica os estreitos de Malaca, Sunda e Lombok ao Sul, com maior destaque ao Estreito de Malaca. Tais regiões representam pontos de passagem importantes para o acesso ao MSC e convergem diversas rotas marítimas (Padula e Fernandes, 2020, p. 9).

No tocante ao estreito de Malaca, a região apresenta maior relevância por convergir as rotas comerciais entre Europa e Ásia, sendo o segundo estreito de maior importância para o comércio de petróleo no mundo (Villar; Hamilton, 2017), fato que também é abordado por Padula e Fernandes (2020) mostrando sua importância também na ótica militar: “o gargalo de Malaca possui maior importância devido à sua proximidade com a China e por concentrar o comércio do país em um único ponto, sendo fundamental para garantir a mobilidade das marinhas mercante e de guerra da China por essa rota” (Padula; Fernandes, 2020, p. 11).

Cabe destacar também que a região do MSC possui em seus arredores os maiores portos do mundo: dos vinte maiores portos, treze estão dentro ou nas proximidades da região (UNCTAD, 2021, p. 18). Nesse contexto, o MSC é uma importante rota para muitos países. Segundo a UNCTAD<sup>30</sup>, 10.7 bilhões de toneladas foram transportadas pelo mar no ano de 2020, sendo 54% desse montante na Ásia (UNCTAD, 2021, p. 2), do componente realizado pela Ásia, cerca de um terço necessariamente precisa passar pelo MSC (Padula; Fernandes, 2020, p. 7), trazendo grande importância comercial para a região.

Observando tal contexto sobre o Mar do Sul da China, Pequim volta seu olhar sobre a região para garantir sua soberania e influência. O MSC apresenta uma imensa quantidade de pequenas porções territoriais que são reivindicadas por diversos Estados com o intuito de demarcar suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) e, por conseguinte, acessarem as riquezas naturais que estão englobadas por suas ZEE. Entretanto, o processo de demarcação das ZEE é complexo e existem poucos instrumentos que facilitem as tratativas<sup>31</sup>. (Padula; Fernandes, 2020, p. 14).

Dada a dificuldade da demarcação das ZEE, a China ocupa e controla parte dessas regiões que solicita para compor seu território, como, por exemplo, o Arquipélago das Parels, Spratlys e o recife de Scarborough. Com o controle dessas regiões realizado pelas forças militares, a China cria uma região no centro do MSC que possibilita sua exploração econômica e manter outras forças militares afastadas da região (Padula; Fernandes, 2020, p. 16), tal problemática pode ser observada na Figura 3 as posições em que a China vem realizando ações e as áreas que são reivindicadas por cada país no MSC.

---

<sup>30</sup> *United Nations Conference on Trade and Development.*

<sup>31</sup> Padula e Fernandes trazem uma abordagem sobre as delimitações das ZEE: “A principal corte de justiça internacional para julgar controvérsias marítimas é o Tribunal Internacional da Lei do Mar. Estabelecido em 1982 junto da UNCLOS o tribunal visa solucionar litígios quanto à interpretação das leis da Convenção, além de funcionar como órgão de consulta jurídica para os Estados. Contudo, dos 26 casos já julgados pela Corte apenas dois diziam respeito a delimitações de fronteiras marítimas, o que indica que ainda existe um baixo grau de jurisprudência produzida nesse âmbito”. (Padula; Fernandes, 2020, p. 14)

Figura 3: MSC e Áreas Marítimas reivindicadas por cada País



Fonte: Sasaki, 2019

Atenta à importância geográfica e comercial do MSC, Pequim tem investido na construção de bases militares na região, particularmente nas posições em que existe a discordância quanto à soberania. Para a construção dessas bases, a China aproveita o pequeno território de algumas ilhas e realiza um processo de aterramento criando ilhas artificiais. A finalidade do processo é aumentar a área das ilhas e possibilitar a construção de infraestruturas militares como atracadouros ou aeroportos, fato que é observado no Arquipélago das Parcelas (AMTI, 2017). Tais infraestruturas buscam fortalecer a presença do Estado chinês na região de modo a negar seu acesso a outras nações, ao passo que tais bases também poderiam ser utilizadas da região para a defesa da própria China continental (Padula; Fernandes, 2020, p. 26).

Sendo assim, para garantir seus interesses no MSC, Pequim, além de utilizar a contrapartida econômica com os demais Estados do seu entorno estratégico, como no desenvolvimento do projeto da Nova Rota da Seda, também utiliza seu poder militar construindo bases pela região com o objetivo de sedimentar sua posição e dissuadir qualquer ação sobre o MSC.

No tocante à questão de Taiwan, será feita uma breve recapitulação dos fatos recentes à origem do conflito. Após a Guerra Civil Chinesa, Chiang Kai-Shek e os membros do partido nacionalista que foram derrotados pelas forças de Mao Tsé-Tung, buscaram exílio na Ilha de Taiwan. Na ilha, Chiang Kai-Shek mantém o governo da China sob proteção parcial dos Estados

Unidos. Entretanto, com a aproximação entre os EUA e a China durante a década de 1970, Taiwan deixa de representar a China na ONU (ONU, 1971) e, perante a comunidade internacional, entretanto, ainda se mantém como uma espécie de protetorado americano, inclusive formalizado pela *Taiwan Relations Act* no Congresso dos EUA (Estados Unidos da América, 1979).

No mesmo contexto, Taiwan e China passaram por três crises político-militares desde a separação entre os territórios. A primeira crise ocorreu em 1954, em uma tentativa de retomada dos nacionalistas sobre o controle da China continental. A segunda crise ocorreu quatro anos depois, com as forças chinesas bombardeando o território de Taiwan com o objetivo de expulsar as forças taiwanesas. Não logrando êxito, a China anunciou um cessar fogo, embora tenha realizado bombardeios intermitentes até 1979. Por último, a terceira crise ocorreu em 1995, novamente com bombardeios à ilha de Taiwan e a realização de exercícios militares nas proximidades, ação que foi em resposta à visita do líder de taiwanês Lee Teng-Hui aos Estados Unidos. Com o intuito de apresentar uma resposta política, os Estados Unidos enviaram dois Grupos de Porta-Aviões para a região para coibir as ações chinesas e reafirmar o compromisso de proteção assinado em 1979 com Taiwan (Kissinger, 2012).

Embora após a última crise as ações militares americanas tenham ocorrido de maneira mais consubstancial, a China manteve a realização de exercícios militares nas proximidades de Taiwan e manteve ainda, como objetivo do Estado chinês, a retomada da ilha e a repressão do seu projeto de independência, inclusive formalizado a ideia de reunificação na última versão do Livro Branco de Defesa Chinês em 2019, documento que leva o nome “*China’s National Defense in the New Era*” (China, 2019):

A luta contra os separatistas está se tornando mais aguda. As autoridades de Taiwan, lideradas pelo Partido Democrático Progressista (DPP), se apegam obstinadamente à “independência de Taiwan” e se recusam a reconhecer o Consenso de 1992, que incorpora o princípio de Uma Só China. Eles foram mais longe no caminho do separatismo, intensificando os esforços para cortar a conexão com o continente em favor da independência gradual, pressionando pela independência de jure, intensificando a hostilidade e o confronto e tomando emprestado a força da influência estrangeira. As forças separatistas da “independência de Taiwan” e suas ações continuam sendo a mais grave ameaça imediata à paz e estabilidade no Estreito de Taiwan e a maior barreira que impede a reunificação pacífica do país (China, 2019, p. 5, tradução nossa<sup>32</sup>).

---

<sup>32</sup> Texto original: “*The fight against separatists is becoming more acute. The Taiwan authorities, led by the Democratic Progressive Party (DPP), stubbornly stick to “Taiwan independence” and refuse to recognize the 1992 Consensus, which embodies the one-China principle. They have gone further down the path of separatism by stepping up efforts to sever the connection with the mainland in favor of gradual independence, pushing for de jure independence, intensifying hostility and confrontation, and borrowing the strength of foreign influence. The “Taiwan independence” separatist forces and their actions remain the gravest immediate threat to peace and stability in the Taiwan Strait and the biggest barrier hindering the peaceful reunification of the country*”. (China, 2019, p. 5)



Destaca-se também no documento, como um dos itens na política nacional de defesa: “Opor-se e conter a independência de Taiwan<sup>33</sup>” (China, 2019, p. 6, tradução nossa), demonstrando a preocupação de Pequim sobre a questão de Taiwan.

Na perspectiva taiwanesa frente às declarações de Pequim, a ilha buscou fortalecer suas defesas frente a uma possível ação chinesa (Pinto, 2004, p. 79), contando também com a proteção americana na sua defesa, assim como ocorreu em 1995, durante a última crise no estreito (Pinto, 2004, p. 73).

No processo de defesa da ilha na Revisão Quadrienal da Defesa de 2021, o governo taiwanês cita as preocupações crescentes com as atividades militares da China na região e o crescimento do aparato econômico chinês pelo projeto do BRI que engloba as proximidades da ilha. Dessa forma, para se contrapor a um ato militar chinês, o documento transcorre sobre a parceria americana em exercícios militares (Taiwan, 2021, p. 9) e o investimento em equipamentos militares de ponta que impossibilitaram uma ação anfíbia chinesa, pautando, primeiramente, o combate na região marítima e litorânea, dando grande destaque no documento aos meios navais, aéreos e antiaéreos (Taiwan, 2021).

Doravante, Taiwan, desde a sua separação da China se tornou um importante polo industrial para produção de produtos de alto valor tecnológico, principalmente de semicondutores, e é líder mundial em alguns segmentos da tecnologia (Deng, 2022), com destaque para a empresa TSMC<sup>34</sup>, responsável por 84% da produção mundial dos processadores mais avançados. Além disso, Taiwan também se destaca como um dos países que mais investem em pesquisa e desenvolvimento, cerca de 3,5% do PIB (Cauti, 2022).

Dessa forma, é clara a dependência mundial dos produtos de origem taiwanesa, e um conflito no estreito de Taiwan trariam problemas em escala mundial.

#### **4.4 A China dentro dos muros**

Foram abordados anteriormente alguns desafios da China com outros Estados. Entretanto, Pequim também se deparou com questões internas da sociedade chinesa, e estas questões foram importantes para a manutenção da estabilidade política interna de modo a possibilitar o processo de ascensão chinês.

---

<sup>33</sup> Texto Original: *To oppose and contain “Taiwan independence”*. (China, 2019, p. 6)

<sup>34</sup> *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company*.

Após os eventos ocorridos em Tiananmen, não aconteceram grandes protestos na China, mas existiram divergências internas que foram levantadas pela sociedade, como o aumento da desigualdade social, o controle do PCC sobre as liberdades (Souza, 2018, p. 80).

A ascensão econômica chinesa melhorou consideravelmente a qualidade de vida da população, no entanto, alguns aspectos sociais ainda são carentes. Primeiramente, o processo de urbanização e industrialização criou nos últimos quarenta anos um grande êxodo rural da população, principalmente para as áreas mais urbanizadas litorâneas, acarretando grandes problemas de infraestrutura, saúde, educação e assistência social nesses centros. (Souza, 2018, p. 242); (Lyrio, 2010, p. 46).

Uma questão que se destaca na China é a concentração de renda. Segundo Souza, “apenas 2% das famílias concentram 60% da riqueza” dessa forma, pelo Coeficiente de Gini<sup>35</sup> ocorre maior concentração de renda na China que nos Estados Unidos, deixando evidente a grande desigualdade social existente (Souza, 2018, p. 185 e 250). Somado a isso, os direitos trabalhistas na China, por muitas vezes, foram negligenciados em detrimento do desenvolvimento econômico (Souza, 2018, p. 248).

Sobre as liberdades individuais, o controle da mídia e da imprensa tem evoluído para uma maior flexibilização, embora o controle exercido pelo Estado ainda seja grande, como cita Lyrio: “No caso da imprensa, por exemplo, houve um aumento da liberdade dos jornais na cobertura de temas como economia, cultura ou assuntos internacionais, embora não sejam infrequentes os recuos do Governo” (Lyrio, 2010, p. 131). Na mesma vertente, o acesso à internet, embora tenha se popularizado, é regulamentado pelo governo com foco principal sobre conteúdo político e restrições de busca de palavras “julgadas inconvenientes” (Lyrio, 2010, p. 131).

Embora ocorram o rápido crescimento do acesso da população chinesa à internet e muitos protestos sobre a regulação da mídia e da internet, não existe uma força política de oposição organizada que se contraponha à abordagem do PCC (Lyrio, 2010, p. 132).

Ainda sobre as liberdades individuais como cita Lyrio: “Muitos autores atribuem o continuado apoio da sociedade chinesa ao PCC ao receio de que sua queda signifique o retorno à acefalia política e ao caos econômico e social” (Lyrio, 2010, p. 151). Dessa forma, embora ocorram protestos clamando por maior liberdade, a sociedade está confortável com o

---

<sup>35</sup> “O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos”. (Wolffenbüttel, 2004)

desempenho do PCC na condução da sociedade e com as melhorias sociais que o partido conseguiu realizar (Lyrio, 2010, p. 151 e 152).

Quanto ao culto religioso, tomamos como base a constituição chinesa de 1982, no seu artigo 36, que garante a liberdade de crença religiosa:

Os cidadãos da República Popular da China têm liberdade de crença religiosa. Nenhum órgão estatal, organização pública ou indivíduo pode obrigar os cidadãos a acreditar ou não em religião, nem podem discriminar os cidadãos religiosos e cidadãos não-religiosos. O Estado protege atividades religiosas normais. Ninguém pode fazer uso da religião para perturbar a ordem pública, prejudicar a saúde dos cidadãos ou interferir com o sistema educacional do Estado. Entidades religiosas e os assuntos religiosos não estão sujeitos a qualquer dominação estrangeira (China, 1982, tradução nossa<sup>36</sup>).

Entretanto, como cita Chiu, essa liberdade apresenta algumas regulações:

É importante observar que a liberdade religiosa garantida pela Constituição se restringe à “crença” e não inclui necessariamente o seu “exercício”, e cabe ao Partido Comunista definir o que são atividades religiosas “normais”. Na verdade, o regime comunista publicou muitos regulamentos relacionados a assuntos religiosos, incluindo alguns abrangendo todas as religiões e outros cobrindo religião(ões) específica(s). (Chiu, 2021, p. 91)

Cabe ressaltar, também, que somente cinco religiões são legalmente permitidas na China, sendo elas: Catolicismo, Protestantismo, Islamismo, Budismo e Taoismo (Cunha; Alves, 2015, p. 101). As religiões reconhecidas também recebem um grau de subordinação ao PCC, que realiza o controle das atividades religiosas (Chiu, 2021, p. 87).

Esse controle tem se intensificado nos últimos anos, particularmente após o início do governo de Xi Jinping (Chiu, 2021, p. 92), e, por outro lado, as igrejas católicas e protestantes buscam maior autonomia do Estado, ao passo que outras igrejas de menor relevância na China também buscam reconhecimentos e autonomia (Chiu, 2021, p. 102).

Ainda no tocante à esfera religiosa, no interior da China existem minorias religiosas que sofrem perseguições do governo, sendo as principais delas os uigures muçulmanos em Xinjiang e os tibetanos budistas no Tibete. Os uigures sofrem repressão do governo quanto ao respeito aos dias religiosos, a restrição de funcionários públicos quanto à participação nas celebrações muçulmanas e a restrição do uso do véu, inclusive existem programas do governo que oferecem

<sup>36</sup> 第三十六條

中華人民共和國公民有宗教信仰自由。

任何國家機關、社會團體和個人不得強制公民信仰宗教或者不信仰宗教，不得歧視信仰宗教的公民和不信仰宗教的公民。

國家保護正常的宗教活動。

任何人不得利用宗教進行破壞社會秩序、損害公民身體健康、妨礙國家教育制度的活動。

宗教團體和宗教事務不受外國勢力的支配。(China, 1982)

benefícios monetários em troca do abandono da religião pelas famílias (Cunha; Alves, 2015, p. 105).

Pequim acusa os uigures de trazerem instabilidade ao governo, como cita Cunha e Alves:

As autoridades chinesas alegam que a cultura diferenciada dos uigures oferece ameaças à harmonia e prosperidade da China, e, como consequência, o Estado influencia o preconceito por parte dos chineses Han (os chineses “natos”) ao mesmo tempo que acusa os uigures de serem terroristas, provocando manifestações de violência interétnica (Cunha; Alves, 2015, p. 105).

Por sua vez, os uigures realizaram protestos que foram repreendidos com muita violência, com relatos de mortes e torturas realizadas durante as repreensões (Cunha; Alves, 2015, p. 106).

Quanto aos budistas tibetanos, durante a revolução comunista, o chefe religioso Dalai Lama foi perseguido e fugiu para a Índia, mas os seguidores do Budismo se mantiveram no Tibete e sofrem perseguição do governo chinês, como transcorre Cunha e Alves:

Testemunhas relatam casos de monges sendo tratados como prisioneiros, submetidos a torturas psicológicas extremamente humilhantes, na tentativa de forçá-los a denunciar o Dalai Lama, levando-os, muitas vezes, ao suicídio. Outras fontes descrevem que as celas onde eram colocados esses detentos eram cubículos em que ficavam cerca de trinta prisioneiros, em situação completamente desumana, inclusive acorrentados (Cunha; Alves, 2015, p. 108).

Sendo assim, a questão religiosa é uma pauta muito complexa a ser solucionada por Pequim, e existem diversas denúncias de violação dos Direitos Humanos realizada pelo Estado contra suas minorias, inclusive com relatórios do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Direitos Humanos relatando tais violações (ONU, 2022).

#### **4.5 A China conectada ao mundo**

O vertiginoso crescimento econômico da China trouxe mudanças para as cadeias de produção em uma ótica mais ampla, como pode ser observado no reajuste estrutural das economias e indústrias dos países asiáticos, que mudaram o foco para a produção tanto para se ligar à cadeia de produção chinesa quanto para competir com seus produtos. Por conseguinte, a China utilizou dessa modelagem para importar produtos de menor valor agregado para abastecer a indústria e montar produtos de maior valor que foram exportados como de origem chinesa (Hung, 2018, p. 12).

Com isso, a China, outrora baseada na ordem confucionista<sup>37</sup>, muda sua postura perante seu entorno estratégico, baseando sua política em um sistema sinocêntrico pautado nos interesses econômicos e na *realpolitik*<sup>38</sup> (Hung, 2018, p. 16).

Os projetos de ascensão econômica e integração com o mundo são ambiciosos, visto o grande projeto integrador da Nova Rota da Seda. Novos panoramas também se abriram com o desenvolvimento chinês, como, por exemplo, a parceria que é desenvolvida entre os países emergentes, formando o bloco dos BRICS<sup>39</sup>. Parceria que, embora não tenha um documento constitutivo, vem intensificando o contato e integração entre seus membros e tem tomado importância no cenário internacional, representando esta união 20% do comércio internacional e 26% do PIB Global (Mello, 2022).

Porém, para que os projetos chineses de integração com o mundo logrem êxito é importante que a China consiga se manter internamente coesa para implementar seus planos, de modo que o PCC consiga implementar seus projetos de cunho social sem que o partido perca o poder e o controle social.

No âmbito externo, Pequim, ao desenvolver sua abertura e ascensão econômica nos últimos anos, vai de encontro ao interesse dos grandes *players* do sistema internacional, entretanto também realizando importantes acordos. Contudo, cabe ao Estado chinês se posicionar frente às discordâncias, seja pelo viés político-diplomático como pelo viés militar, e assim consolidar seus interesses.

---

<sup>37</sup> Como menciona Hung: “o elemento cultural de fundação, o que justificava a prática de reciprocidade entre o centro e a periferia, além da benevolência daquele em relação a este” (Hung, 2018, p. 16)

<sup>38</sup> “Termo alemão que se refere à política de poder. Enfatiza políticas baseadas nas considerações de poder prático em detrimento das políticas baseadas nas considerações morais e éticas. Deste modo, *realpolitik* significa manutenção da segurança do Estado em um ambiente hostil e onde o poder e a política de poder são vistas como o principal objetivo dos líderes” (Bueno, 2019).

<sup>39</sup> Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. (IPEA, 2014)

## 5.CONCLUSÃO

A China é um Estado milenar que durante séculos foi a principal potência do Leste asiático. O Império do Meio passou por períodos de prosperidades e sacrifícios durante toda a sua história, entretanto, com o fim das guerras mundiais e posteriormente com o fim Guerra Civil chinesa, os líderes da República Popular da China canalizaram esforços para retomar o papel de potência que a China outrora possuiu.

A Guerra Civil chinesa levou ao poder Mao Tsé-Tung, que funda a República Popular da China sob a liderança do Partido Comunista Chinês (Kennedy, 1989, p. 488), e, por conseguinte, as forças nacionalistas de Chiang Kai-Shek, derrotadas, fogem para a Ilha de Taiwan, surgindo, assim, duas Chinas, uma socialista, no continente, e outra capitalista, na Ilha de Taiwan.

Para a consolidação do processo revolucionário comunista e a solidificação do governo, Mao implementou o Grande Salto Adiante, projeto pautado na coletivização econômica (Kissinger, 2012, p. 91, 92) e que visou o desenvolvimento industrial e agrícola.

Entretanto, o Grande Salto Adiante não apresentou a resposta esperada e levou sofrimento a parte da população chinesa. Mao assume os erros do programa, demite-se de seus cargos e se mantém somente como presidente do PCC. Todavia, Mao utiliza sua liderança para um novo processo: a Revolução Cultural. O projeto visava alinhar o Estado com as ideias maoístas e tudo que destoasse dele deveria ser eliminado, esforços que foram canalizados principalmente sobre o confucionismo, os cultos religiosos e símbolos da cultura ocidental (Kissinger, 2012, p. 175; Mendonça, 2009, p. 17).

Na Revolução Cultural, a perseguição ideológica foi sistemática, por conseguinte, reduziu os opositores e criou uma unidade de pensamento no Partido Comunista Chinês que se tornou uma instituição mais centralizada, o que proporcionou uma uniformidade ideológica dentro do PCC que por vezes facilitou a tomadas das decisões estatais.

Ao mesmo tempo que passava por profundas mudanças internas, a China também apoia os ideais comunistas na Guerra da Coreia. O conflito trouxe desentendimentos entre chineses e soviéticos, Mao possuía uma visão sinocêntrica e visualiza os projetos da China mais importantes que um alinhamento com a URSS.

Com a morte de Mao, uma nova liderança emergiu na China: Deng Xiaoping. Deng político de carreira no PCC, ocupou cargos importantes no partido e assume a liderança após a morte de Mao. Iniciou seu governo implementando as Quatro Grandes Modernizações: na

agricultura, na indústria, na defesa, e na ciência e tecnologia, pautado na máxima “Reforma e Abertura” (Kissinger, 2012, p. 296).

No Sétimo Plano Quinquenal, Deng divulga o modelo das ZEE, projeto central no desenvolvimento industrial e tecnológico chinês (Jabbour, 2008, p.281). O projeto visava desenvolver a indústria e serviços em regiões específicas, recebendo incentivos governamentais ou externos, como através de IDE, valores privados, porém canalizados pelo Estado a sua utilização.

Dessa forma, a China apresenta um sistema misto em que o investimento privado era controlado parcialmente pelo Estado. As empresas estrangeiras investiam na China devido aos menores custos de produção, porém, concorriam com empresas estatais que reproduziam e copiavam tecnologias estrangeiras, somado ao fato do controle político e econômico do governo (Pinto, 2000, p. 19).

O modelo das ZEE trouxe desenvolvimento e vantagens tanto para a indústria chinesa quanto para as empresas estrangeiras, destacando: a carga tributária reduzida, produção de baixo custo e a boa infraestrutura de produção. Fato também importante era a desvalorização cambial regulamentada pelo Estado nas ZEE (Araújo, 2018, p. 17) que era vantajoso para o desenvolvimento econômico chinês a época. Contudo, uma questão a ser destacada é o fato que a China não respeitava totalmente os tratados de propriedade individual, ocorrendo diversos processos de engenharia reversa e produção de produtos piratas, principalmente itens de baixo custo (Milaré e Diegues, 2015, p.84).

Embora tenha realizado um processo de abertura econômica e melhorado a qualidade de vida na China, os desafios políticos, econômicos e sociais ainda eram imensos e dessa forma, o governo de Deng também sofreu com protestos, com destaque ao da Praça da Paz Celestial, que buscava mais liberdade política, protestava contra a corrupção e descentralização do poder do PCC.

Os eventos ocorridos em Tiananmen, por muito tempo tratados como tendo sido respondidos com excessiva dureza pelos chineses, foram revelados a partir da liberação de documentos desclassificados pelo Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Como vimos, esses documentos apontam que a narrativa dominante por décadas atribuiu aos fatos uma versão falseada, com consideráveis impactos na opinião pública internacional sobre a China.

Na política externa, Deng retirou a China do isolamento, realizou inclusive uma visita aos EUA em busca de parcerias (Kissinger, 2012, p. 321-322), como também buscou maior participação internacional com o ingresso em Organizações Internacionais. Nas parcerias

internacionais a China trazia o discurso contra o hegemonismo e cooperação pacífica para o desenvolvimento. Expandiu suas ligações principalmente para o continente africano e na América-latina, inclusive investindo em infraestruturas desses países (Kissinger, 2012, p. 362-363).

Em 2001, a China ingressou na OMC, após uma série de negociações, o governo chinês simplificou processos, reformulou políticas sobre direitos autorais e eliminou ou reduziu barreiras comerciais que trouxeram benefícios para o comércio internacional e, principalmente, para a China (Lyrio, 2010, p. 50).

No campo militar também realizou grandes mudanças. Questão presente desde as quatro reformas de Deng somente foram implementadas na década de 80, quando a China desenvolveu condições econômicas e tecnológicas para investir melhor no setor bélico (Dornelles, 2008, p. 30).

Destaca-se também, as parcerias militares com a URSS, e posteriormente com a Rússia, principais fornecedoras de equipamento militar no final do século XX. Importante destacar que ao receber um novo equipamento militar soviético ou russo ele era analisado de forma a retirar conhecimentos para o desenvolvimento da indústria militar chinesa (Bertonha, 2008, p. 3), processo que também era realizado por grande parte do setor industrial chinês ao ter acesso a uma nova tecnologia estrangeira (Milaré e Diegues, 2015, p.84).

No comércio internacional, particularmente nas parcerias bilaterais, a China traz o Yuan uma opção frente ao dólar, angariando importância para sua moeda no cenário internacional e enfraquecendo, por conseguinte, a moeda americana, inflamando mais as disputas econômica entre as duas nações (Kissinger, 2012, p. 432).

Em 2013, a China apresentou o projeto *Belt and Road Initiative*, “Nova Rota da Seda”, que visou a integração econômica e de infraestruturas da China com os seus parceiros (Lopes; Carletti; Correia, 2019, p. 218) e que ainda canalizará grande investimento da China para sua total implementação (Lopes; Carletti; Correia, 2019, p. 220).

No seu entorno estratégico, a China empregou esforços militares e políticos sobre regiões do Mar do Sul da China, indo de encontro ao seu discurso de ascensão pacífica. Pequim reivindica regiões do Mar do Sul da China ao passo que posiciona forças militares na região de modo a materializar a sua presença.

Ainda no MSC, Taiwan e China passaram por três crises desde a separação dos territórios. Para a China a reunificação é objetivo permanente do estado, entretanto, é importante salientar que Taiwan possui um compromisso de proteção assinado em 1979 com os EUA (Kissinger, 2012).



No tocante a esfera social, minorias religiosas e étnicas sofrem pressão do governo, com destaque aos uigures muçulmanos em Xinjiang e os tibetanos budistas no Tibeten (Cunha; Alves, 2015, p. 105). Questões que saltam de importância na esfera internacional devido ao papel de destaque internacional da China.

Após todos os pontos analisados, os desafios da China no seu processo de desenvolvimento são diversos e complexos. No âmbito interno, Pequim necessita manter a sociedade coesa, melhorar a qualidade de vida da população e abordar a complexa problemática das minorias no interior do país, ao mesmo tempo, necessita manter o *status quo* do PCC sem que este perca prestígio social e mantenha o controle centralizado do Estado, a fim de canalizar os esforços chineses no processo de desenvolvimento.

No tocante a produção industrial e ao comércio internacional, a China segue como um grande polo de produção e exportação de uma vasta gama de produtos de diferentes níveis tecnológicos. O embrião industrial ocorreu ainda na era maoísta e foi desenvolvido por todos os governos com destaque para o de Deng Xiaoping. O longo processo iniciou com a indústria de base e se desenvolveu até a produção de bens de alto valor agregado, inclusive com o desenvolvimento de tecnologia nacional, produtos que inclusive atualmente concorrem diretamente com empresas do Sul Global.

Por conseguinte, a China implementa o projeto da Nova Rota da Seda que visa conectar a China com o mundo nas diferentes esferas de relacionamento e sobretudo facilitar o escoamento de mercadorias produzidas pela China e o recebimento de *commodities* que alimentam o voraz polo industrial chinês. Nessa questão também cabe ao Estado alinhar o seu discurso não intervencionista e contra hegemônico no mesmo momento que adquire *commodities* principalmente da África.

No âmbito externo, os objetivos da China concorrem com questões americanas e por vezes ameaçam sua hegemonia, principalmente nas questões econômicas como o fortalecimento do Yuan frente ao Dólar. Nas parcerias bilaterais, concorre com os EUA ao ganhar maior participação nos acordos internacionais frente as antigas parcerias americanas.

Ainda no tocante ao EUA, a China em seu objetivo de Estado de reunificar Taiwan vai de encontro aos interesses americanos ao garantir, a partir de acordos, a proteção da ilha, fato que trouxe a China a necessidade de investir em suas forças armadas não somente devido ao contexto de Taiwan, mas para garantir e consolidar seus interesses internacionais e se posicionar geograficamente, principalmente, no Mar do Sul da China, seu entorno estratégico, fato que vai de encontro ao discurso não intervencionista chinês.

Por fim, o modelo utilizado pelo PCC em guiar a China no seu desenvolvimento foi próspero, transformou um Estado totalmente atrasado em um dos principais *players* do sistema internacional em um pouco mais de cinco décadas, como pode ser observada no infográfico do Anexo A com os principais eventos na China atrelados a resposta econômica.

O crescimento chinês teve como estratégia o investimento industrial guiado pelo Estado, atrelado a medidas atrativas para indústrias e investimentos estrangeiros, em um segundo momento, desenvolveu sua indústria nacional de forma a alavancar o comércio exterior alinhado com melhorias sociais para a população e o desenvolvimento tecnológico nacional e militar.

Entretanto, ainda cabe a China resolver questões em seu entorno estratégico, principalmente, no que tange a questão de Taiwan e ao MSC, questão que seu discurso não intervencionista não é observado. Cabe também se posicionar estrategicamente frente aos EUA nas questões que ameassem a hegemonia americana, com destaque para as parcerias internacionais e a utilização de moedas locais nas transações comerciais, ao passo que também busque consolidar seus interesses em Taiwan.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, L. China: uma inserção diferenciada. **Revista Economia política internacional: uma análise estratégica**, n. 7, out./dez. 2005. Disponível em: <http://goo.gl/j3zMdr>. Acesso em 11 jul. 2023.

ALVES, J. E. D. **Exportações da China nos 20 anos após entrada na OMC**. 2022 Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/01/31/exportacoes-da-china-nos-20-anos-apos-entrada-na-omc/>. Acesso em: 27 ago. 2023

AMTI. Asia Maritime Transparency Initiative. China's Continuing Reclamation In The Paracel. 2017. Disponível em: <<https://amti.csis.org/paracels-beijings-other-buildup/>>. Acesso em: 27 jul. 2023

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

BERTONHA, João Fábio. China e Estados unidos: rivalidades geopolíticas e a questão militar. **Meridiano 47, Jornal of Global Studies**, Brasília, v.9, n.93. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3132/2820>. Acesso em: 18 jul. 2023.

BLASKO, Dennis J. Chinese Army Modernization: An Overview. **Military Review**. Kansas, v. 85 n. 5 set/out. 2005. Disponível em: [https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/api/collection/p124201coll1/id/173/page/0/inline/p124201coll1\\_173\\_0](https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/api/collection/p124201coll1/id/173/page/0/inline/p124201coll1_173_0). Acesso em: 19 jul. 2023.

BUENO, Guilherme. **Glossário de Relações Internacionais**. 2019. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario-de-relacoes-internacionais/>. Acesso em 25 jul. 2023.

CAUTI, Carlos. **Como Taiwan se tornou uma potência econômica**. Revista Exame, 2022. Disponível em: <https://exame.com/mundo/taiwan-potencia-economica-fundamental-china-eua/> Acesso em: 28 jul. 2023.

CHANG-SHENG, Shu. Do Grande Salto para a Frente à grande fome: China de 1958-1962. **Diálogos**, v.8, n.1 p. 107-129. 2004

CHINA. State Council Information Office. **China's national defense in the new era**. Beijing: 2019. Disponível em: [https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content\\_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html](https://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html) Acesso em: 27 jul. 2023.

CHINA. [Constituição (1982)]. **Constituição de 4 de dezembro de 1982 da República Popular da China**. Beijing: 1982.

CHIU, Lai Pan. Subordinação, separação e autonomia: abordagens protestantes chinesas para a relação entre Religião e Estado. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v.27, n.1. 2021.

CUNHA, B. A. G.; ALVES, R. V. S. Liberdade Religiosa na China: Estudos de Casos sobre o País Socialista. **Revista do CAAP**. v. 21, n. 1. 2015

DE ARAÚJO, Caroline Giusti. **É o Fim Da China Barata?** Uma Análise a partir do Processo de Reconfiguração das Estruturas Produtivas e de Custos. Sorocaba: UFSC, 2015

DE ARAÚJO, Caroline Giusti; BRANDÃO, Caroline Miranda; DIEGUES, Antonio Carlos. As transformações no modelo de desenvolvimento econômico chinês: de Deng Xiaoping ao período atual. **Economia Ensaios**. Uberlândia, v.33 jun/dez. 2018.

DENG, Ben Lian e DENG, Ben Shen. A Economia Política da Indústria de semicondutores e o recente desenvolvimento limitado da República Popular Da China (2014-2021). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 26. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/19805527260> Acesso em: 28 de jul. 2023

DESJARDINS, Jeff. **China's Staggering Demand for Commodities**. 2018. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/chinas-staggering-demand-commodities/> Acesso em: 05 ago. 2023.

DORNELLES, Arthur Coelho Junior. O crescimento do orçamento de defesa chinês: características, prioridades e objetivos. **Carta Internacional**. fev. 2008. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/427/182> Acesso em: 17 jul. 2023.

DOS SANTOS, Isabella Santana. Guerra Sino-Soviética de 1969: A Relação entre os conflitos externos na China e os seus impasses políticos internos. Zi Yue: **Revista de Graduação de Estudos Sinológicos**. São Paulo, v. 1, n. 1. 2020.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1990. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf> Acesso em: 17 jul. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Congress. **H.R. 2479 – Taiwan Relations Act**. 1979.

EVANS, Michel L. **The U.S. "Tiananmen Papers"** New Documents Reveal U.S. Perceptions of 1989 Chinese Political Crisis. National Security Archive Electronic Briefing Book nº 47. 2001. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB47/> Acesso em: 28 ago. 2023

EVANS, M. L.; RICHELSON, J. T. **Tiananmen Square, 1989: The Declassified History.** National Security Archive Electronic Briefing Book nº 16. 1999. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB16/index.html> Acesso em: 28 ago. 2023

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

FELIPPE, Fabricia. **Repensando a guerra da Coreia:** o papel das grandes potências na criação e perpetuação do conflito da península coreana. III Encontro Regional Sudeste da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2019 Disponível em: [https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/erabedsudeste2019/1570925331\\_ARQUIVO\\_e26b9c6d35d7c83bc8feecc3a75f55af.pdf](https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/erabedsudeste2019/1570925331_ARQUIVO_e26b9c6d35d7c83bc8feecc3a75f55af.pdf) Acesso em: 20 set. 2023

GHOSH, Iman. The People's Republic of China: 70 years of economic history. 2019. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/china-economic-growth-history/>. Acesso em 15 out. 2023.

HANES, T.; SANELLO F. **The Opium Wars:** the addiction of one empire and the corruption of another. Sourcebooks, 2002.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Conheça os BRICS.** 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html#:~:text=Em%202006%2C%20o%20conceito%20deu,que%20adotou%20a%20sigla%20BRICS.> Acesso em 31jun. 2023.

JABBOUR, Elias. **China Hoje:** Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado. São Paulo: Editora e Livraria Anita, 2012

KENNEDY, P. **A Ascensão e queda das grandes potências:** transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KISSINGER, H. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LEÃO, R.P.F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação.** 192 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LOPES, K.R; CARLETTI, A; CORREIA, G.J. A Nova Rota da Seda. **Revista Carta Internacional**, v. 14, n. 3, p. 216-242. 2019. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/921/750>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos.** Brasília: FUNAG, 2010.

MASIERO, G.; COELHO, D. B. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 1, p. 139-157, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/5BPpHbQyrTrrtKjgcCncTXM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 JUL. 2023.

MELLO, Michele. **"Brics são motor do crescimento econômico mundial", diz encarregado de negócios da China.** Brasil de Fato, São Paulo, 2022.

MENDONÇA, Bruno M. **A transição de Deng Xiaoping e a China contemporânea: continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada.** Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China.** Brasília: Editora UnB, 2020.

MILARÉ, L.F.L. **O processo de industrialização chinesa: uma visão sistêmica.** 2011. 176 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2011.

MILARÉ Luís Felipe Lopes; DIEGUES Antônio Carlos. A industrialização chinesa por meio da tríade autonomia planejamento-controle. **Leituras de Economia Política**, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3396/06%20Artigo%204.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

MIKHAILOVA, Irina. Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2. n.3, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2702/1703>. Acesso em: 14 JUL. 2023.

ONU. Assembleia Geral. **Resolution 2758: Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations.** 1971. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/192054>. Acesso em: 21 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **Resolution 84: Resolution of 7 July 1950.** 1950. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/064/97/PDF/NR006497.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Organização das Nações Unidas. **Relatório sobre a China cita “graves violações de direitos humanos” em Xinjiang.** 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1799872>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PADULA, Raphael; FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. O Mar Do Sul Da China: Seu Valor Estratégico E a Geoestratégia Chinesa. **Revista Sociedade E Cultura** v. 23. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/59790/34720>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PINTO, P. A. **A China e o Sudeste Asiático.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

PINTO, Paulo A. Pereira. Taiwan – um futuro formoso para a Ilha? aspectos de segurança e política. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.47. 2004

RODRIGUES, Alexandre Milão. **O conflito sino-soviético.** São Paulo: UNIBERO, 2002. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/o-conflito-sinosovietico.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

RODRIGUES, Robério Paulino. **O Colapso da URSS: um estudo das causas.** Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/publico/TESE\\_ROBERIO\\_PAULINO\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/publico/TESE_ROBERIO_PAULINO_RODRIGUES.pdf). Acesso em: 19 jul. 2023.

SALVAGNI, Julice et al. A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias. **Sociedade e Estado.** v. 37, n. 2, p. 673-696. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020013>. Acesso em: 10 set. 2023

SASAKI, Fabio. **A China e suas ambições globais.** 2019 Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/a-china-e-suas-ambicoes-globais/>. Acesso em: 25 set. 2023.

SOUZA, Renildo. **Estado e capital na China.** Salvador: EDUFBA, 2018.

STATE COUNCIL OF THE REPUBLIC OF CHINA. **Action Plan on the Belt and Road Initiative**, 2015. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content\\_281475080249035.htm](http://english.www.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm). Acesso em: 25 ago. 2023.

TAIWAN. Ministry of National Defense. **Quadrennial defense Review The Republic of China**. 2021. Disponível em: <https://www.ustaiwandefense.com/tdnswp/wp-content/uploads/2021/03/2021-Taiwan-Quadrennial-Defense-Review-QDR.pdf> Acesso em: 28 jun. 2023.

TANCREDI, Leticia Di Maio. Estados Unidos China e Rússia: Do Triângulo amoroso ao casamento estável. **HOPLOS**, v. 2 n. 1. 2018.

VAN DER PUTTEN, Frans-Paul. *Et al.* **Europe and China's New Silk Roads**, European Think-tank Network on China (ETNC). 2016. Disponível em: <https://www.merics.org/en/report/europe-and-chinas-new-silk-roads> Acesso em: 25 set. 2023

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. Dragão de papel ou de grafite? A modernização da indústria de defesa na China entre a dependência e a autonomia. **Meridiano 47, Journal of Global Studies**, Brasília, v.19. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/8190/6712>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VILLAR, Lejla; HAMILTON, Mason. **The Strait of Malacca, a key oil trade chokepoint, links the Indian and Pacific Oceans**. Energy Information Administration, 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452> Acesso em: 27 jun. 2023

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p. 131-141, nov. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/96zLf5j7CHLBYry5k8qfzYj/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Índice de Gini. **Revistas Desafios do Desenvolvimento**. IPEA, 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28) Acesso em: 30 jun. 2023.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? Joint-venture. **Revistas Desafios do Desenvolvimento**. IPEA, 2006. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2110:catid=28&](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2110:catid=28&) Acesso em: 30 jun. 2023.



ZAGORIA, Donald S. **El conflicto Chino-Sovietico**. Barcelona: G.P, 1967.

Anexo A

Infográfico sobre o Desenvolvimento Econômico na China

